



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
14ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

JOÃO PESSOA, 2013



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
14ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, da Decisão Normativa TCU nº 119, de 18 de Janeiro de 2012 e da Portaria TCU nº 150, de 03 de julho de 2012.

Seção Administrativa e Financeira

JOÃO PESSOA, 2013

SUMÁRIO

	Página
INTRODUÇÃO	7
A – CONTEÚDO GERAL	8
1. Identificação e Atributos da Unidade Jurisdicionada	8
1.1. Identificação da Unidade Jurisdicionada	8
1.2. Finalidade e Competências Institucionais	9
1.3. Organograma Funcional	11
1.4. Macroprocessos Finalísticos	16
1.5. Macroprocessos de Apoio	22
1.6. Principais Parceiros	23
2. Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações	24
2.1. Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada	24
2.2. Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos	27
2.3. Execução do Plano de Metas ou de Ações	29
2.4. Indicadores	30
3. Estrutura de Governança e de Autocontrole da Gestão	32
3.1. Estrutura de Governança	32
3.2. Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos	32
3.3. Remuneração Paga a Administradores	33
3.4. Sistema de Correição	34
3.5. Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU	35
4. Programação e Execução da Despesa Orçamentária e Financeira	36
4.1. Informações Sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ	36
4.1.1. Informação Sobre Programas de Responsabilidade da UJ	36
4.1.2. Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programa Temáticos de Responsabilidade da UJ	39
4.1.3. Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ	44
4.1.4. Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ	48
4.1.5. Informações Sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ	58
4.1.6. Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços de Responsabilidade da UJ	58
4.2. Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa	59
4.2.1. Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ	59
4.2.2. Programação de Despesas	59
4.2.3. Movimentação de Créditos Interna e Externa	59
4.2.4. Execução Orçamentária da Despesa	60
4.2.4.1. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação	60
4.2.4.1.1. Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação	60
4.2.4.1.2. Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	61
4.2.4.1.3. Análise crítica	61

5. Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira	63
5.1. Reconhecimentos de Passivos	63
5.1.1. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	63
5.2. Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	63
5.2.1. Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	63
5.2.2. Análise crítica	63
5.3. Suprimentos de Fundos	63
5.3.1. Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos	63
5.3.1.1. Suprimento de Fundos – Visão Geral	64
5.3.1.2. Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)	64
5.3.1.3. Utilização da Conta Tipo "B" e do Cartão de Crédito Corporativo pela UJ	64
5.3.1.4. Prestações de Contas de Suprimento de Fundos	65
5.3.1.5. Análise crítica	65
6. Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados	66
6.1. Composição do Quadro de Servidores Ativos	66
6.1.1. Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada	66
6.1.1.1. Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada	67
6.1.2. Qualificação da Força de Trabalho	67
6.1.2.1. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade	68
6.1.2.2. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade	68
6.1.3. Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada	69
6.1.4. Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	70
6.1.4.1. Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria	70
6.1.4.2. Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada	70
6.1.5. Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	71
6.1.6. Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	71
6.1.7. Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação	71
6.1.7.1. Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por Intermédio do SISAC	71
6.1.7.2. Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em Meio Físico	71
6.1.7.3. Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos	71
6.1.8. Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	71
6.2. Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários	73
6.2.1. Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividade do Plano de Cargos do Órgão	73
6.2.2. Informações Sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público	73
6.2.3. Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados	73
6.2.4. Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada	73
6.2.5. Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades Não Abrangidas	74

pelo Plano de Cargos do Órgão	
6.2.6. Composição do Quadro de Estagiários	74
7. Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário	75
7.1. Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros	75
7.2. Gestão do Patrimônio Imobiliário	77
7.2.1. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de uso Especial	77
7.2.2. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros	78
7.2.3. Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ	78
8. Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento	80
8.1. Gestão da Tecnologia da Informação (TI)	80
8.2. Análise crítica	81
9. Gestão do uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental	82
9.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	82
9.2. Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água	84
10. Conformidade e Tratamento de Disposições Legais e Normativas	85
10.1. Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício	85
10.1.1. Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	85
10.1.2. Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	85
10.1.3. Recomendações do OCI Atendidas no Exercício	85
10.1.4. Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	85
10.2. Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna	85
10.3. Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93	85
10.3.1. Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei nº 8.730/93	86
10.4. Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV	86
11. Informações Contábeis	87
11.1. Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público	87
11.2. Declaração do Contador Atestado a Conformidade com Ressalvas das Demonstrações Contábeis	87

LISTA DE QUADROS – Conforme Portaria nº 150/2012 – TCU

	Página
Quadro I – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual	8
Quadro II – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	32
Quadro III – Programas de Governo Constantes do PPA – Temático	36
Quadro IV – Objetivos de Programa Temático de Responsabilidade da UJ	39
Quadro V – Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ	44
Quadro VI – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ	48
Quadro VII – Ações Vinculadas a Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de Responsabilidade da UJ	58
Quadro VIII - Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ	59
Quadro IX – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	59
Quadro X – Despesas por Modalidade de Licitação – Créditos de Movimentação	60
Quadro XI – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Crédito de Movimentação	61
Quadro XII – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	63
Quadro XIII – Despesas Realizadas por Meio de Suprimento de Fundos	64
Quadro XIV – Despesa com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador	64
Quadro XV – Despesas Realizadas por Meio da Conta Tipo “B” e por Meio da Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)	64
Quadro XVI – Prestações de Conta de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)	65
Quadro XVII – Força de Trabalho da UJ – Situação Apurada em 31/12	66
Quadro XVIII – Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ – Situação em 31/12	67
Quadro XIX – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ - Situação em 31/12	67
Quadro XX – Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária – Situação Apurada em 31/12	68
Quadro XXI – Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade – Situação Apurada em 31/12	68
Quadro XXII – Quadro de Custos de Pessoal no Exercício de Referência e dos Dois Anteriores	69
Quadro XXIII – Composição do Quadro de Servidores Inativos – Situação Apurada em	70

31/12

Quadro XXIV – Insituidores de Pensão – Situação Apurada em 31/12	70
Quadro XXV – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva	73
Quadro XXVI – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra	74
Quadro XXVII – Composição do Quadro de Estagiários	74
Quadro XXVIII – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	77
Quadro XXIX – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	78
Quadro XXX – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ	78
Quadro XXXI – Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada	80
Quadro XXXII – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	82
Quadro XXXIII – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água	84
Quadro XXXIV – Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	85
Quadro XXXV – Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores da UJ, da Obrigação de Entregar a DBR	86

INTRODUÇÃO

Instrumento de planejamento, acompanhamento e avaliação da gestão institucional, o presente Relatório de Gestão foi elaborado em consonância com a Instrução Normativa nº 63, de 1º de setembro de 2010, com a Decisão Normativa TCU nº 119/2012 e Portaria TCU nº 150/2012, relativamente ao exercício de 2012.

Este relatório visa correlacionar as metas, os resultados consolidados e a destinação dos recursos contemplados no Programa de Governo 2070 – Segurança Pública com Cidadania e 2112 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça no exercício de 2012. Desse modo, torna-se o instrumento de acompanhamento orçamentário, financeiro e da avaliação do funcionamento dos serviços a partir de critérios definidos de eficiência, eficácia e efetividade das ações desenvolvidas no âmbito da 14ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal.

Em seu conteúdo, o Relatório de Gestão, conforme já referido, exibirá as realizações, os resultados operacionais e os índices de satisfação obtidos em função das metas programadas, bem como o impacto alcançado em função das ações desempenhadas. Contempla, também, o grau de eficácia e efetividade perseguido pela Organização, considerando a sua estrutura atual e atrelados aos recursos consignados e conseqüentemente aplicados, cujos resultados obtidos subsidiam a tomada de decisões no que concerne à gestão.

A base para a elaboração deste Relatório de Gestão está fundamentada em 03 eixos prioritários, quais sejam: Gestão, Planejamento e Controle. O Relatório está organizado e sistematizado de modo a que se possibilite a visualização das ações desenvolvidas pela 14ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal no decorrer do exercício de 2012 e a aplicação dos recursos financeiros, fornecendo subsídios para o planejamento de políticas de segurança pública e assistência à saúde.

Para a sua elaboração, foram utilizados como instrumentos norteadores o Plano Plurianual (PPA), o Orçamento autorizado na LOA 2012 e os relatórios de atividade das diversas áreas desta Superintendência. A perspectiva macro e acompanhamento setorializado vem evoluindo gradativamente, principalmente diante das inovações trazidas pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal, como também, pelos diversos Núcleos e Seções desta Regional, o que permite uma maior ênfase no desempenho monitorado.

Como a 14ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal não executou transferência de recursos mediante convênios, contratos de repasse, termo de cooperação, termo de compromisso, nos termos do Item 5.3 do Anexo II da Portaria 150/2012 – TCU, o item relacionado foi suprimido do presente relatório, tendo, à partir daí, sido renumerados os seus itens subsequentes. Neste contexto também foram suprimidos os Itens relacionados à Renúncias Tributárias e Gestão de Precatórios. Do Item 11.3 em diante também foram suprimidos por não serem aplicáveis à Unidade Jurisdicionada.

Com o presente documento, a 14ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal encerra o exercício, enaltecendo sua missão institucional de Preservar a vida e promover a paz pública com segurança cidadã como processo permanente de gestão, pela prática da responsabilidade social, desenvolvendo e promovendo ações comprometidas com a segurança, a cidadania e a integridade física e patrimonial dos usuários das rodovias federais.

A – CONTEÚDO GERAL

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADES JURISDICIONADA

1.1. Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro I – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA			Código SIORG: 000704
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: 14ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal			
Denominação abreviada: Polícia Rodoviária Federal			
Código SIORG: 02819	Código LOA: Não se aplica	Código SIAFI: 30802	
Situação: Ativa		CNPJ: 0.394.494/0177-16	
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA			Código CNAE: 8424-8
Telefones/Fax de contato:	(083) 3533-4700	(083) 3533-4740	(083) 3533-4740
Endereço eletrônico: sup.pb@dprf.gov.br			
Página da Internet: http://www.dprf.gov.br			
Endereço Postal: BR 230, KM 23, Prédio 2257, Bairro do Cristo Redentor – João Pessoa – Paraíba. CEP. 58.053-002			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Constituição Federal e Lei nº 8.028 de 12/04/1990, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, publicado no DOU em 13/04/1990			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Regimento Interno definido pela Portaria nº 1.375, de 02 de agosto de 2008, publicada no DOU em 06 de agosto de 2008, do senhor ministro de Estado da Justiça			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Não há			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
200122	14ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
00001	Tesouro Nacional		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
200122		00001	

Fonte: SIORG, SIAFI, IBGE

1.2. Finalidade e Competências Institucionais

A missão Constitucional da Polícia Rodoviária Federal, Órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, referenciada no § 2º do artigo 144 da Carta Magna de 1988, estabelece como fator primordial o patrulhamento ostensivo das rodovias federais, que se estende em 76.640 km de vias nacionais sob sua circunscrição.

As atividades operacionais da Polícia Rodoviária Federal são difundidas em todo o território nacional, dada a sua estruturação que contempla uma Unidade Administrativa Central, sediada na capital da República Federativa do Brasil, e 26 (vinte e seis) Unidades Administrativas Desconcentradas, representadas por 21 (vinte e uma) Superintendências e 05 (cinco) Distritos.

As aludidas Regionais PRF são compostas por 147 (cento e quarenta e sete) Subunidades Administrativas – Delegacias PRF, distribuídas em todas as Unidades Federativas, que conjuntamente possuem aproximadamente 416 (quatrocentos e dezesseis) postos fixos de fiscalização, o que demonstra a existência de uma estrutura que abrange todo o território nacional.

Sendo que, no âmbito da 14ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal tem, no âmbito do estado da Paraíba, a Polícia Rodoviária Federal possui uma estrutura composta por três Delegacias e onze Postos de Controle e Comando. A primeira Delegacia, denominada Delegacia Metropolitana, está sediada no Km 24 da BR 230, nº 2257, Bairro do Cristo Redentor, no município de João Pessoa, dentro da estrutura da Sede Regional. Tem sob sua circunscrição quatro postos, quais sejam, Bayeux, situado no Km 32,2 da BR 230, Café do Vento, no Km 70 da BR 230, município de Sobrado/PB, Mata Redonda, no Km 107 da BR 101 Sul, município de Alhandra/PB e Mamanguape, no Km 38 da BR 101 Norte, na cidade de mesmo nome.

A segunda Delegacia está sediada na Avenida Severino Bezerra Cabral, S/N, José Pinheiro, em Campina Grande e também tem quatro postos sob sua circunscrição. São Santa Terezinha, no Km 144 da BR 230, Farinha, no Km 183 da mesma rodovia, ambos em Campina Grande, Queimadas, no Km 142 da BR 104 Sul, município de mesmo nome, e São Miguel, no Km 93 da BR 104 Norte, município de Remígio/PB.

Finalmente, tem-se a terceira Delegacia, que localiza-se à rua Horácio Nóbrega, S/N, Bairro Belo Horizonte, Patos, com três postos: São Mamede, no Km 310, Pombal, no Km 407 e Cajazeiras, no Km 512, todos da BR 230 e nos municípios de mesmo nome.

O desenvolvimento das atribuições constitucionais da Polícia Rodoviária Federal passa por duas principais vertentes, quais sejam: o Sistema de Segurança Pública e o Sistema de Segurança Viária, que estabelecem um conjunto de atividades que vão ao encontro do seu compromisso regimental com a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida constitucionalmente através dos seguintes órgãos: I - polícia federal; II - polícia rodoviária federal; III - polícia ferroviária federal; IV - polícias civis; V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

As características que diferenciam a PRF das demais instituições de segurança, decorre do modal rodoviário, elo de integração nacional realmente consolidado, que pela capilaridade das rodovias federais, presentes em todo território brasileiro, faz como que o Policial Rodoviário, por vezes, seja a única identificação do Governo Federal com a sociedade.

O patrulhamento ostensivo das rodovias federais, função que a Carta Magna atribui à Polícia Rodoviária Federal, concretiza-se por meio da presença física do agente público e da ação policial direta, visando à preservação da incolumidade pública e à manutenção da paz social, tanto nas vias sob sua responsabilidade quanto nas áreas adjacentes.

Esta Instituição tem-se mostrado firme no combate aos mais diversos tipos de crimes que ocorrem no âmbito das rodovias federais e suas imediações. São notórios os resultados obtidos no

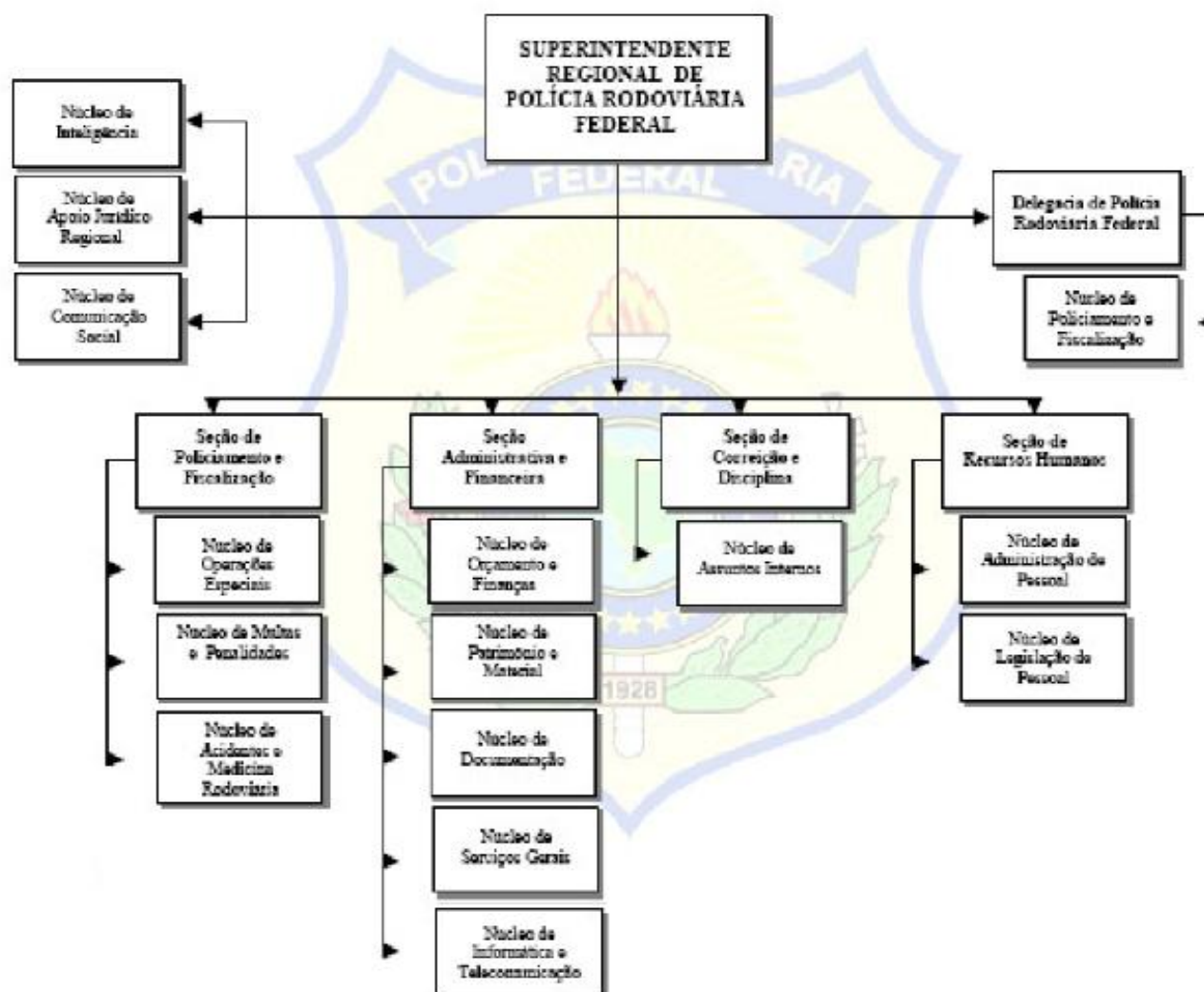
combate à pirataria, ao contrabando e ao descaminho e, principalmente, ao tráfico de drogas, armas, pessoas e animais silvestres. Cumpre salientar que este órgão policial atua ainda na recuperação de carros, roubados ou furtados, bem como na luta contra a exploração sexual de crianças e adolescentes.

No tocante ao Sistema de Segurança Viária, a ação da PRF insere-se em um conjunto de atribuições, dentre as quais se destacam: prevenção a acidentes, educação para o trânsito, prestação de socorro a vítimas e política de proximidade ao cidadão.

A ação da Polícia Rodoviária Federal, realizando o policiamento e a fiscalização de trânsito na malha viária de domínio da União, tem, nos últimos anos, contribuído decisivamente para a redução do número de acidentes, principalmente se levarmos em consideração o crescente aumento da frota nacional.

Os acidentes de trânsito acarretam prejuízos significativos de cunho econômico e social, o que é confirmado pelo alto índice dos gastos suportados pelos Governos Federal, Estadual, Municipal e Distrital para cobrir despesas com as vítimas, pela interferência direta na vida das famílias, pelos danos irreparáveis causados às pessoas, entre outros.

1.3. Organograma Funcional



O Regimento Interno do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, aprovado pela Portaria Ministerial do Ministro da Justiça de nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, revoga a Portaria nº 3.741, de 15 de dezembro de 2004, e define a estruturação organizacional da 14ª SRPRF/PB no Art. 2º, inciso II, item 1, como unidade desconcentrada composta de 03 (três) seções, 01 (uma) corregedoria, 3 (três) delegacias e 17 (dezessete) núcleos, sendo 3 (três) subordinados às chefias das delegacias.

À 14ª SRPRF/PB compete, na pessoa de sua superintendente, nos termos do Art. 75 do Regimento Interno do DPRF, executar as atividades pertinentes ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal; atuando como autoridade local na concessão de benefícios de pessoal, aprovar o plano de capacitação da UJ e autorizar a participação dos servidores nestas capacitações e zelar pela harmonia, hierarquia e ética funcional dos servidores.

Nestas condições, as atividades da Superintendência espelham as desenvolvidas pelo Departamento, quando muitas ações implementadas a nível regional resultaram ou de determinação da Administração Central (DPRF) ou de adoção dos mesmos procedimentos visando padronização. Entretanto, é bem verdade que a 14ª SRPRF/PB apresenta uma relativa e singela autonomia ao gerir de forma progressiva suas atividades, havendo constante descentralização de incumbências antes predeterminadas ao DPRF que passam a ser de responsabilidade da Regional, como, por exemplo, o controle de gastos orçamentários e financeiros no exercício, ainda que o recurso ou a disponibilidade seja descentralizada pelo DPRF.

Pode-se definir como macroprocesso do Gabinete da Superintendente a representação da 14ª SRPRF/PB, a autoridade máxima a figurar pelo órgão, o contato da Unidade Jurisdicionada com demais entidades públicas, empresas privadas, pessoa física, assim como parte do Gabinete a decisão proferida em processos administrativos disciplinares e recurso de multa. Por consequência, a sociedade consegue vislumbrar na pessoa do Superintendente a representação da Polícia Rodoviária Federal no Estado.

No âmbito da 14ª SRPRF/PB, há um núcleo diretamente subordinado ao Gabinete da Superintendente, responsável por assessorar a Superintendente Regional a nível técnico, denominado Núcleo de Apoio Técnico. Cabe a este núcleo as atribuições disciplinadas no Art. 76 da citada portaria, a sabendo promover a devida instrução processual e procedimental, no âmbito do Gabinete do Superintendente, além de prestar assistência ao Superintendente, no tocante à conformidade dos atos administrativos; prestar acompanhamento administrativo nos processos e decisões judiciais de interesse da Superintendência; elaborar e orientar a confecção de minutas dos documentos a serem assinados pelo Superintendente e editar e distribuir o boletim de serviço da Regional

Há mais dois núcleos também subordinados ao Gabinete da Superintendente, não menos importantes que o NUAT, quais sejam, Núcleo de Comunicação Social e Núcleo de Inteligência. O primeiro compete orientar e assistir ao Superintendente nos assuntos relativos à área de comunicação social, relações públicas e publicidade oficial. A passo que o segundo assessora o gestor regional nos assuntos relativos à inteligência, contrainteligência e produção de conhecimento de inteligência.

As ações do NUINT contribuem para identificar as características mais determinantes do estado de forma que a PRF atue específica e objetivamente no combate a determinados crimes como apontar os pontos de prostituição infantil ao longo das rodovias federais do Piauí. Resulta isso na redução considerável de cometimento de crimes e, por consequência, aproximando a PRF na sociedade.

Verificar-se-á que o NUCOM e o NUINT terão papel de fundamental influência, ainda que indireta, nos macroprocessos finalísticos desta Unidade Jurisdicionada no tópico 1.4. Tratando de macroprocessos, um setor que mais diretamente implica em repercussão imediata das atividades desenvolvidas pela PRF é a Seção de Policiamento e Fiscalização – SPF.

À Seção de Policiamento e Fiscalização gerir a execução efetiva da atividade finalística da UJ, sendo responsável por programar, determinar, supervisionar e executar as atividades de policiamento, escolta, segurança e medicina rodoviária, inspeção e fiscalização de trânsito, transporte de pessoas e bens, controle e arrecadação de multas, prevenção e repressão ao roubo e furto de veículos e de cargas, prevenção e levantamento de locais de acidentes, socorro e salvamento de vítimas, credenciamento de escoltas, estatísticas e transitometria..

As frequentes operações da PRF, organizadas pela SPF, ocasionam no salvamento de vidas, apreensão de produtos ilícitos ou resultantes de atividades ilícitas, prisão de foragidos, retenção de veículos irregulares, entre outros. A sensação causada é a de segurança nas rodovias federais.

Hierarquicamente inferiores e subordinados à SPF, encontram-se o Núcleo de Operações Especiais - NOE, Núcleo de Multas e Penalidades - NMP e o Núcleo de Registro de Acidentes e Medicina Rodoviária - NURAM. Ao NOE compete executar as atividades relacionadas ao chamado policiamento especializado.

Como macroprocesso do NOE indiscutível o combate frequente ao crime, o que proporciona segurança aos transeuntes e à sociedade em geral. Outro ponto de considerável importância, é o combate ao trabalho escravo, promovendo a reinserção daquele trabalhador na vida social e adequada.

Enquanto cabe ao NMP a execução das rotinas relativas às autuações, medidas administrativas, aplicação de penalidades, arrecadação, controle e fornecimento de dados para o processamento e cobrança das multas de trânsito, taxas e outros valores decorrentes da prestação de serviços, além de coordenar e prestar apoio técnico às Comissões Administrativas de Defesa de Autuação - CADA, e às Juntas Administrativas de Recursos de Infrações – JARI.

Após preenchidos os autos de infração, os mesmos serão enviados ao NMP que processará para cobrança do usuário infrator. A atuação do NMP promove a efetiva arrecadação aos cofres públicos por meio do recolhimento do valor pago na multa.

Por fim, as competências do NURAM podem ser descritas a execução das atividades de saúde no âmbito das vias federais (atendimento pré-hospitalar e resgate, transporte inter-hospitalar, transporte de órgãos, apoio de saúde a operações da Unidade Regional além de realizar estudos e pesquisas sobre acidentes de trânsito, objetivando, principalmente, a determinação de pontos críticos, assim como orientar e controlar as tarefas relativas a levantamentos, consolidação, análise e divulgação de dados e informações, promovendo a realização periódica de censos e outros métodos necessários à identificação dos fenômenos do trânsito rodoviário.

O registro de acidentes e de pessoas envolvidas permite identificar o local do acidente e analisar futuras medidas preventivas naquele local como policiamento ostensivo, sinalizações adequadas. A emissão do Boletim de Acidente de Trânsito pelo NURAM garante transparência e instrumento de ressarcimento de eventuais danos.

A Seção Administrativa e Financeira, apesar de estritamente afeita às atividades administrativas (atividade-meio), proporciona efeitos substanciais na atividade-fim, como bem se concluirá das suas atribuições e das dos seus núcleos.

A SAF promove a todo tempo medidas para pleno funcionamento da atividade-fim como, por exemplo, a contratação de empresas especializadas na limpeza e conservação das unidades da PRF no Estado da Paraíba. Os servidores da atividade-fim conseguem visualizar o resultado das atividades da SAF como o fornecimento de energia elétrica, de água, de material de informática, de manutenção de viaturas, entre outros.

A abrangência das atividades da SAF não poderia ficar restrita a um ou poucos núcleos, fazendo-se necessária a vinculação de 05 (cinco) núcleos à seção para viabilizar a execução plena de suas atividades. Ao reiterar a citação de que a Regional promove controle de seus gastos, não podendo ultrapassar o valor orçamentário previsto para o exercício, essa informação do estimado é passada pelo Núcleo de Orçamento e Finanças, bem como a programação, orientação, controle e execução das atividades inerentes à administração orçamentária e financeira.

Compete ainda ao NUOFI receber, registrar e devolver cauções dadas como garantia de contratos; analisar, avaliar e efetuar conferência prévia de processos e outros documentos de pagamento; proceder à liquidação de processos de despesas e documentos de pagamentos; analisar os processos de concessão de diárias, transporte, ajuda de custos e suprimentos de fundos; emitir ordens bancárias de pagamentos, de créditos ou de guias de recebimentos; manter atualizados os credenciamentos de ordenadores de despesa junto aos estabelecimentos bancários; e manter

atualizado o rol de servidores responsáveis pelo gerenciamento de recursos orçamentários e financeiros e pela administração do patrimônio da Superintendência.

Outro núcleo de subordinação à SAF é o Núcleo de Patrimônio e Material, o qual compete gerir as atividades inerentes aos bens patrimoniais e materiais da Regional.

A distribuição de materiais aos servidores é o carro-chefe do NUPAT, o que permite a satisfação do servidor ao se deparar com as condições estruturais fornecidas pela PRF, como fornecimento de uniformes, armamento, viaturas.

Ao Núcleo de Documentação compete executar a gestão documental da UJ, garantindo a recuperação das informações, o acesso aos documentos e a preservação de sua memória; e normatizar e manter atualizado o acervo documental e de informações da Superintendência, assim como organizar e supervisionar a implantação das atividades de gestão de documentos das unidades administrativas vinculadas, estabelecendo normas gerais de trabalho.

O registro de toda documentação que entra ou sai da Regional, mediante identificação por número de protocolo pelo NUDOC, auxilia na localização e na eficiência do trâmite decorrido. Serve o NUDOC como contato com o público externo que pretenda, por exemplo, recorrer de notificação de multa.

Ao Núcleo de Serviços Gerais compete gerir a prestação de todos os serviços necessários ao funcionamento da UJ, além de servir de interface de relacionamento com fornecedores e prestadores de serviços, tendo, ainda, como incumbência a gestão da frota de veículos automotores da Regional.

É inegável que a manutenção de viaturas seja o macroprocesso do NUSEG, quando diretamente relacionada com as atividades da pista e referência de modelo de instituição para a sociedade. A boa manutenção da viatura garante qualidade no desempenho do serviço do policial rodoviário federal.

Ao Núcleo de Telemática compete a gestão da Tecnologia de Informação e Comunicações e dar parecer sobre obras e reformas prediais que envolvam a estrutura física da rede lógica, de telefonia ou de radiocomunicação.

O pleno funcionamento da internet e demais sistemas constantemente utilizados pelos servidores PRF é proporcionado pela atuação do NUTEL. Isso resulta na agilidade do atendimento pelo policial e, por consequência, eficiência reconhecida pela sociedade.

À Seção de Recursos Humanos tem como finalidade a gestão das pessoas no âmbito da 14ª SRPRF/PB e as demandas daí decorrentes

Ao Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal, subordinado à SRH, cabe gerir as atividades relacionadas à ensino e capacitação dos servidores, propor planos e programas de aperfeiçoamento e demais atividades referentes ao ensino e profissionalização.

A capacitação do servidor orientada pelo NUCAP acaba por conferir satisfação com a instituição PRF e confiança ao servidor quando do exercício de seu trabalho.

Outro núcleo vinculado à SRH é o Núcleo de Administração de Pessoal que tem como incumbência a execução da administração de pessoal no aspecto formal, controlando todos os registros necessários.

A frequência dos servidores é a todo tempo analisada pelo NUAP quanto ao cumprimento da carga horária. A possível acumulação de horas a mais na folha de frequência do servidor irá garantir compensação de horas e, por consequência, sensação de que o servidor não está sendo “excedido” no serviço público.

À Corregedoria Regional exerce a função de órgão correicional da UJ, dando a devida instrução das instruções preliminares, das sindicâncias administrativas e dos processos administrativos disciplinares pela Corregedoria garante transparência, ampla defesa e contraditório, e o servidor identifica quais são as condutas funcionais.

Como em todas as seções, na Corregedoria não poderia ser diferente, ao apresentar núcleo subordinado, o Núcleo de Assuntos Internos que compete auxiliar no planejamento e execução das atividades pertinentes à Corregedoria Regional; executar recolhimento de documentos, livros, arquivos em meio magnético ou de qualquer material pertencente ao acervo patrimonial do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, quando houver fundada suspeita da prática de ilícitos administrativos disciplinares; promover a execução de investigações e diligências necessárias à instrução ou instauração de procedimentos disciplinares, sob a supervisão do Chefe da Corregedoria Regional.

Serve o NUIAI como receptor de denúncias de usuários quanto ao comportamento de servidores no exercício da função. Assim, analisa se é caso de instrução preliminar ou sindicância e orienta àquele denunciante medidas de segurança.

A 14ª SRPRF/PB atua no Estado da Paraíba por meio de suas 03 (três) delegacias, 11 (onze) postos e 03 (três) núcleos de policiamento e fiscalização. Compete às Delegacias de Polícia Rodoviária Federal executar e controlar as atividades de segurança, fiscalização, policiamento, investigação e levantamento de locais de acidentes, socorro e salvamento de vítimas; controlar e orientar os procedimentos de autuação e adoção de medidas administrativas; controlar as condições do trânsito nas rodovias e estradas federais e executar outros trabalhos necessários à consecução dos objetivos da delegacia; zelar pela segurança do trânsito e dos usuários, por meio do policiamento ostensivo ao longo das rodovias e estradas federais sob sua circunscrição, bem como realizar comandos especiais e de rotina; adotar as medidas adequadas para assegurar a livre circulação nas rodovias e estradas federais e as ações operacionais de atendimento e prevenção de acidentes de trânsito.

Quanto ao Núcleo de Policiamento e Fiscalização, cabe as atribuições de controlar, executar e orientar os serviços referentes às áreas de policiamento, fiscalização, segurança, operações rotineiras e especiais, levantamento de acidentes, autuações, medidas administrativas, controle das condições do trânsito nas rodovias e estradas federais, bem como outros trabalhos necessários à consecução dos objetivos da Delegacia.

1.4. Macroprocessos Finalísticos

A Polícia Rodoviária Federal, integrante do conjunto de instituições responsáveis por exercer a segurança pública em nosso país, nos termos da Constituição Federal, tem como missão "Garantir segurança com cidadania nas rodovias federais e nas áreas de interesse da União".

A visão de futuro da Polícia Rodoviária Federal é: "Ser a Polícia Ostensiva Federal, reconhecida pela sociedade brasileira por sua excelência e efetividade no trabalho policial e na indução de Políticas Públicas de segurança e cidadania".

Os Valores adotados pela Polícia Rodoviária Federal e que refletem o caráter duradouro da Instituição e de seus colaboradores são: Profissionalismo, Ética, Equidade, Proatividade, Cordialidade, Comprometimento, Espírito de Equipe, Transparência e Responsabilidade Socioambiental.

A Polícia Rodoviária Federal – PRF, visando à eficácia no cumprimento de sua missão institucional e servir com excelência a sociedade e o Estado brasileiro, na promoção da segurança pública nas rodovias e estradas federais busca diuturnamente aprimorar técnicas, processos e, principalmente, a parceria com o cidadão usuário da rodovia.

Para o alcance de sua missão são descritos os serviços de sua competência e as atividades finalísticas que devem ser executadas para prestação desses serviços, proporcionando clareza e justificativas nas ações a serem desenvolvidas pelos seus servidores.

Neste sentido, a Polícia Rodoviária Federal, tendo como diretriz a gestão com foco em resultados, direciona suas ações finalísticas para prestação de serviços, com excelência, ao cidadão, atendendo as demandas da sociedade.

Esses serviços promovem diuturnamente a segurança viária, proporcionando conforto e segurança aos usuários das estradas e rodovias federais, por meio da fiscalização e controle para o uso adequado da malha rodoviária de forma a conscientizar os cidadãos e garantir a obediência às normas relativas à segurança do trânsito, prevenindo acidentes e proporcionando melhores condições de trafegabilidade.

Os principais produtos e serviços que a Polícia Rodoviária Federal oferece à sociedade são:

- 1. Reduzir a Violência no Trânsito das Rodovias Federais;**
- 2. Assegurar a Livre Circulação nas Rodovias Federais;**
- 3. Contribuir para a Redução da Criminalidade e da Violência no País;**
- 4. Aumentar a Percepção de Segurança dos Usuários das Rodovias Federais.**

1. Reduzir a Violência no Trânsito das Rodovias Federais

a. Descrição

A violência do trânsito no Brasil vem crescendo ano após ano, representando a forma de violência contemporânea que mais produz impactos negativos à sociedade e ao Estado, com elevados custos econômicos e sociais, se materializando principalmente nos acidentes graves, assim considerados aqueles que resultam em lesões de natureza grave ou em morte.

Reduzir a violência no trânsito nas rodovias federais significa para a Polícia Rodoviária Federal agir preventivamente por meio de sua presença ostensiva e de uma rigorosa fiscalização de trânsito, bem como realizar um atendimento eficaz daqueles já ocorridos, visando minimizar seus efeitos por meio de uma resposta rápida e eficiente, diminuindo o risco de agravamento de lesões das vítimas e as possibilidades de ocorrência de outro acidente em decorrência do anterior.

Agir com foco na prevenção e intervenção imediata nos acidentes graves implica em direcionar os recursos necessários, humanos e materiais, para os trechos rodoviários de maior incidência desses eventos, a partir da análise aprimorada dos dados estatísticos disponíveis.

Além das ações operacionais acima mencionadas, há também a necessidade de ações integradas aos demais órgãos do Sistema Nacional de Trânsito, Ministério Público, órgãos de imprensa e outros órgãos públicos federais, estaduais e municipais, com o objetivo de propor e desenvolver políticas públicas com foco na prevenção dos acidentes de trânsito, por meio de campanhas educativas e alterações na legislação relativa à matéria trânsito.

b. Indicadores

Considerando a necessidade de se ter um panorama atual da violência no trânsito das rodovias federais e acompanhar sua evolução dentro do período do presente Plano Estratégico, de modo a avaliar a efetividade das ações institucionais, foram definidos os seguintes indicadores para este resultado institucional, quais sejam: **Taxa de Mortalidade** e **Taxa de Acidentes Graves**.

A Taxa de Mortalidade e a Taxa de Acidentes Graves equivalerão ao número de mortes e o número de acidentes graves, respectivamente, por um milhão de veículos, considerando-se a frota nacional de veículos de acordo com as informações fornecidas pelo DENATRAN.

Considerando que os números de acidentes graves e de mortos no trânsito sofrem influência de vários fatores, não seria razoável avaliar o resultado de ações institucionais com base na variação de números absolutos desses dois índices. No entanto, estabelecer como indicador uma taxa que contemplasse todas as variáveis influentes na variação do objeto de observação tornaria sua análise extremamente complexa, além da própria dificuldade de obtenção dos dados necessários.

Desse modo, optou-se por considerar apenas a variação da frota nacional de veículos como fator de variação da taxa de acidentes graves e mortalidade, por tratar-se de um valor de fácil obtenção, originado de uma fonte confiável e que tem maior relevância e influência nos índices observados, ou seja, quanto maior a frota de veículos circulando maior o número de interações no trânsito e conseqüentemente a probabilidade de ocorrência de acidentes. Cabe destacar que os indicadores escolhidos tem como características a simplicidade, são sensíveis a mudanças no mundo real, ou seja, podem refletir as alterações da realidade, e podem ser atualizados periodicamente, além de ser adequadamente documentado.

2. Assegurar a Livre Circulação nas Rodovias Federais

a. Descrição

A Constituição Federal assegura a todo cidadão a livre locomoção no território nacional em tempo de paz, e essa garantia constitucional deve ser exercida em toda a sua plenitude nos termos da legislação vigente. O Estado, por intermédio de seus órgãos tem o dever assegurar os meios necessários para que o cidadão possa deslocar-se em todo o território nacional com segurança e com o conforto adequados. Cabe ao Estado à tarefa de prover a infraestrutura necessária para o funcionamento dos diversos modais de transportes de pessoas e bens, bem como regular e fiscalizar sua exploração.

De todos os modais de transporte, o modal rodoviário é o de maior importância estratégica para o país, e estima-se que atualmente responda por cerca de 60% do total de passageiros e cargas transportadas no território nacional. Nesse sistema rodoviário, as rodovias federais representam papel de fundamental importância, por onde passam um grande fluxo de pessoas e bens entre os

estados da federação e entre as cinco regiões do país, funcionando como verdadeiro fator de integração nacional.

Ante o papel estratégico das rodovias federais para o desenvolvimento nacional, cabe ao Estado assegurar que o fluxo de passageiros e cargas se dê de forma contínua e segura, sem interrupções ou embaraços, por meio da atuação de seus órgãos, dentre os quais a Polícia Rodoviária Federal. São vários os fatores e situações que podem afetar a livre circulação no âmbito das rodovias federais, interrompendo o fluxo de trânsito ou causando-lhe lentidão, dentre os quais se podem citar:

- Realização de obras viárias;
- Acidentes de trânsito com obstrução parcial ou total da rodovia;
- Realização de eventos com grande fluxo de pessoas e veículos as margens da rodovia federal ou com impacto no trânsito que por ela circula;
- Trânsito de veículos lentos e com dimensões excedentes;
- Manifestações populares reivindicatórias com interdição viária total ou parcial;
- Restrições ao fluxo de trânsito em determinados locais e horários em razão dos riscos de ações criminosas.

Assim, assegurar a livre circulação nas rodovias federais implica para a Polícia Rodoviária Federal atuar preventivamente por meio do policiamento ostensivo, apoiado por um monitoramento constante e eficaz de sua malha viária policiada, de modo antever as situações de risco à livre circulação e impedir sua materialização. Por outro lado, concretizado o fator de risco e configurado o obstáculo à fluidez normal do trânsito, cabe à Polícia Rodoviária Federal agir de forma rápida e com a intensidade necessária ao reestabelecimento das condições normais de circulação.

Em sua ação preventiva a instituição mantém um monitoramento constante das condições de circulação viária, a partir de informações colhidas da atividade operacional-finalística e da área de inteligência, além das ações de policiamento preventivo, distribuído de forma equânime ao longo da malha viária, a partir de critérios pré-estabelecidos e com programação de atividades definida. Além disso, a Polícia Rodoviária Federal se articula com outros órgãos públicos quando identificados problemas cujas soluções estejam vinculadas as suas atribuições, como, por exemplo, os órgãos executivos rodoviários nas questões relacionadas à infraestrutura viária.

Ocorrida a situação de comprometimento da livre circulação, a depender da causa, a Polícia Rodoviária Federal deverá dispor dos recursos necessários para fazer a intervenção devida e restabelecer o estado de normalidade, sejam eles recursos ordinários, disponíveis para o policiamento ostensivo rotineiro, sejam eles extraordinários, como as equipes táticas, grupos de choque, aeronaves, entre outros disponíveis.

b. Indicadores

A Polícia Rodoviária Federal realiza um monitoramento constante das condições de trafegabilidade das rodovias federais, de modo que qualquer interferência na livre circulação do trânsito em qualquer trecho de rodovia federal em todo o Brasil é imediatamente informada e essa condição é registrada, além, obviamente da adoção das providências com vistas ao restabelecimento do fluxo normal de trânsito. Essas interferências podem ser de diversas naturezas, como já mencionado anteriormente, e vão desde uma lentidão provocada por uma interdição parcial da via causada por um acidente até um bloqueio total da via por manifestações populares.

Para avaliar o quanto as rodovias federais sofrem com essas interferências e avaliar a efetividade as ações da Polícia Rodoviária Federal no sentido de reduzi-las ou eliminá-las, foi criado o Índice de **Interdição de Rodovia**, que resultará da ponderação da tabulação dos dados dessas interferências na via. Assim, serão considerados na formulação desse índice fatores como a duração e o nível de interferência, o VMD (Volume Médio Diário de veículos) do trecho observado, o nível de dificuldade de restabelecer o fluxo de trânsito, entre outros fatores.

3. Contribuir para a Redução da Criminalidade e da Violência no País.

a. Descrição

As causas da violência têm suas raízes na ineficiência histórica do Estado em promover políticas de inclusão social nas áreas de educação, saúde e trabalho, por exemplo, no entanto, as soluções para o problema do avanço da criminalidade, especialmente nos momentos de crise, sempre são esperadas do sistema de segurança pública e, em última análise, das instituições policiais que o compõe.

As rodovias federais não estão imunes a essa realidade, visto ter o Brasil optado pela massificação do transporte rodoviário de cargas e passageiros, o que implica dizer que a maior parte das riquezas produzidas no país é transportada por nossas rodovias, especialmente as federais. Além disso, as organizações criminosas utilizam-se primordialmente do transporte rodoviário na realização de suas atividades ilícitas, a exemplo do tráfico de drogas, do roubo e furto de veículos e cargas, do contrabando e do descaminho, dos crimes contra a propriedade intelectual (pirataria), do tráfico de seres humanos e dos crimes ambientais, da exploração sexual infanto-juvenil, entre outros. Significativa parcela desses crimes tem repercussão interestadual e até internacional, evidenciando a importância estratégica das rodovias federais para a segurança pública do país.

A Polícia Rodoviária Federal vem atuando fortemente no combate às diversas modalidades criminosas, com resultados extremamente positivos, e tem como pontos fortes a seu favor no cumprimento desse mister, quais sejam:

- Grande capilaridade em todo o território nacional, um corpo de policiais bem treinados e motivados;
- Larga experiência adquirida a partir das iterações constantes com as situações de crime;
- Facilidade de difusão de informações e conhecimento em decorrência de uma cadeia hierárquica horizontalizada e de uma área de ensino desenvolvida e competente;
- Facilidade de mobilização de efetivo, com possibilidade de direcionar recursos humanos e materiais a qualquer parte do território nacional.

Assim, a atuação da Polícia Rodoviária Federal no combate às diversas modalidades criminosas no âmbito das rodovias federais e em outras áreas em parceria com outras instituições como o Ministério Público, órgãos fazendários, de proteção ambiental, de proteção de direitos humanos, de proteção à infância e adolescência, contribuem de forma relevante para a redução da criminalidade e da violência no país.

b. Indicador

Em relação a esse resultado institucional, verificou-se a grande dificuldade de se estabelecer um indicador que pudesse medir o nível de criminalidade no âmbito das rodovias federais, especialmente pela dificuldade de acesso a dados confiáveis de ocorrências criminais, haja vista que

a grande maioria dos registros é feita nas polícias civis dos Estados, e apenas uma pequena parte é comunicada diretamente à Polícia Rodoviária Federal. Desse modo não há como monitorar essas ocorrências e estabelecer metas relacionadas à sua redução, o que poderia servir de verificador o quanto a ação policial contribuiu com a redução da criminalidade, ao menos no âmbito das rodovias federais.

Assim, buscando indicadores que pudessem ao menos aferir a intensidade das ações da Polícia Rodoviária Federal, e conseqüentemente sua contribuição para a redução da criminalidade e da violência no país, foram definidos aqueles relacionados diretamente aos resultados das ações de combate à criminalidade, que repercutem diretamente na sua redução e na redução da violência a ela relacionada.

O acompanhamento do impacto das ações da Polícia Rodoviária Federal será aferido a partir dos indicadores **Pessoas Detidas**, **Veículos Recuperados** e do **Quadro de Apreensões de drogas, contrabando e descaminho, armas e relacionadas a crimes ambientais**.

4. Aumentar a Percepção de Segurança dos Usuários das Rodovias Federais

a. Descrição

A percepção pode ser descrita como um processo de selecionar, organizar e interpretar os estímulos e as impressões sensoriais oferecidas pelo meio ambiente, lhes atribuindo significado. É um processo interno e individual, de modo que um determinado objeto no mundo real, e aqui poderíamos considerar a própria segurança pública como objeto, será percebido de forma diferente por cada indivíduo. A percepção é afetada por fatores externos e internos, assim, depende da forma como um objeto é apresentado e do conhecimento e experiência pessoal do indivíduo em relação a ele, além de seus valores, motivações e expectativas.

A percepção de segurança, a partir do conceito de percepção poderia ser definida como a impressão ou sentimento do indivíduo do nível de segurança em que se encontra o ambiente em que ele vive, em outras palavras, o quanto é seguro o local onde trabalha, o meio de transporte que ele utiliza, a escola que seus filhos frequentam, as vias públicas pelas quais transita, entre outras situações do seu cotidiano.

Considerando essa idéia de percepção de segurança, não é o suficiente para a instituição reduzir a violência no trânsito, assegurar a livre circulação nas rodovias federais e contribuir com redução da criminalidade e da violência no país, mesmo produzindo uma melhoria real na segurança pública para a sociedade.

Importa que o cidadão perceba essa nova realidade, haja vista que a sua satisfação em relação aos serviços públicos prestados pelo Estado decorre principalmente de sua percepção a respeito do quanto esses serviços atendem suas necessidades. Igualmente, essa percepção da realidade de um novo contexto de maior segurança é necessária para que o cidadão se aproprie desse valor, dessa conquista, e isso possa repercutir positivamente na sua qualidade de vida. Fica a percepção de segurança não é um produto fictício, uma idéia vaga e sem conteúdo, posto que não é possível desfrutar de um estado de segurança se não pudemos reconhecê-lo.

Ao estabelecer o aumento da percepção de segurança como resultado institucional em seu planejamento estratégico, a Polícia Rodoviária Federal busca gerar no cidadão a percepção do incremento do nível de segurança pública obtido no ambiente das rodovias federais como consequência direta da obtenção dos outros resultados institucionais (redução da violência no trânsito, da criminalidade e assegurar a livre circulação nas rodovias federais), além de outros fatores a serem trabalhados nessa direção.

Para fornecer esse retorno à sociedade, a Polícia Rodoviária Federal se servirá de alguns meios principais, a saber:

- Fortalecer sua imagem institucional junto à sociedade com ações de divulgação dos resultados alcançados em relação à redução da violência no trânsito, ao combate à criminalidade e às ações de garantia de livre circulação do trânsito;
- Fortalecimento e modernização do policiamento ostensivo, por meio de um planejamento adequado, ampliando sua presença ostensiva em trechos de rodovia federal e períodos específicos onde haja uma maior incidência de situações de risco à segurança de seus usuários, otimizando os recursos humanos e materiais;
- Ampliar o monitoramento das rodovias federais com recursos tecnológicos avançados, visando coibir comportamentos de risco à segurança viária, bem como outras ações delituosas. Com o monitoramento a distância a instituição amplia seu controle com menos recursos, criando nos usuários a sensação de observação constante de suas ações, produzindo uma espécie de efeito panóptico, inibindo condutas impróprias de alguns e dando tranquilidade aos demais.
- Articular parcerias e estreitar relações com o órgão executivo rodoviário visando melhorar as condições de segurança da via, do ponto de vista de infraestrutura, ou seja, condições de trafegabilidade do pavimento e da sinalização viária.

b. Indicador

Para aferir o nível de percepção de segurança dos usuários das rodovias federais foi criado o Índice de Percepção de Segurança, que será medido a partir de uma pesquisa quantitativa e qualitativa, que avaliará se as ações desenvolvidas pela instituição produziram, além dos resultados aferidos pelos outros indicadores, um impacto positivo na sociedade, ou seja, se aqueles que fazem uso das rodovias federais sentem-se mais seguros nos seus deslocamentos e o quanto essa segurança é resultante da ação da Polícia Rodoviária Federal.

A pesquisa que buscará aferir o indicador em questão deverá ser realizada por instituto de pesquisa especializado, contratado para esse fim, com periodicidade anual, e deverá fornecer como resultado, além de outras informações, um valor que possa ser comparado ao longo do tempo, de modo que possa ser estabelecida uma meta a ser buscada para esse Índice de Percepção de Segurança.

1.5. Macroprocessos de Apoio

- Fomentar e potencializar ações de educação para o trânsito;
- Fortalecer e modernizar a fiscalização e o policiamento ostensivo;
- Intensificar ações de garantia e promoção dos Direitos Humanos;
- Ampliar e aperfeiçoar o resgate emergencial e o atendimento pré-hospitalar;
- Aprimorar o registro de ocorrências e implantar a perícia de acidentes;
- Estabelecer um modelo eficaz de gestão participativa;
- Implantar um modelo de gestão baseado em resultados;
- Desenvolver a cultura de gestão de projetos;
- Mapear, otimizar, padronizar e sistematizar processos de trabalho;
- Intensificar e aprimorar o uso da tecnologia da informação e a produção de conhecimento;
- Fomentar melhorias legais e estruturais relacionadas à missão da PRF;
- Articular parcerias e intensificar a cooperação nacional e internacional;
- Fortalecer a imagem institucional da PRF;
- Melhorar a comunicação interna e externa;
- Adequar o quadro de pessoal às necessidades;
- Mapear e desenvolver competências com enfoque estratégico;
- Potencializar o bem estar, a motivação e o desempenho dos servidores;
- Intensificar o orgulho de pertencer à PRF e fortalecer seus valores institucionais;
- Assegurar recursos financeiros e otimizar sua execução;
- Prover meios e infraestrutura adequados ao desempenho das atividades.

1.6. Principais Parceiros

- Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT;
- Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT;
- Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU;
- Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN;
- Órgãos de Segurança Pública;
- Receita Federal;
- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA;
- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio;
- Ministério do Trabalho e Emprego;
- Secretaria Nacional de Direitos Humanos;
- Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos – SESGE/MJ;
- Órgãos do Sistema Nacional de Trânsito.

2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES

2.1. Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada

O planejamento estratégico do órgão, que norteia as ações, iniciativas, empreendimentos, indicadores e metas, que está em processo de finalização tem a abrangência dos anos 2012 a 2020, sendo gerenciado pelo órgão central, que seja o Departamento de Polícia Rodoviária Federal, ao qual a 14ª SRPRF/PB é subordinada, porém o seu mapa já permite o correto posicionamento dos gestores quanto ao emprego dos recursos públicos de forma ordenada e com alvo definido. Eis o mapa:



As características inerentes ao trânsito rodoviário e a grande extensão da malha viária, favorecem a proliferação das ações criminosas e dificultam o combate a ser exercido.

Vários tipos de crimes ocorrem ao longo das rodovias, tais como: crimes de evasão fiscal e de divisas, transporte ilegal de madeiras e animais silvestres, exploração sexual de crianças e adolescentes, tráfico de pessoas, tráfico de drogas, contrabando, descaminho, transporte de materiais irregulares e falsificados, dentre outros.

Os ilícitos em comento causam enormes prejuízos à economia do País. Por seu turno, as regras de circulação previstas no Código de Trânsito Brasileiro encontram na PRF seu agente aplicador no âmbito Federal.

O foco de atuação da PRF está inserido em uma visão de real proteção ao cidadão, proporcionada pela sua presença, de forma preventiva, aliada à necessária repressão do crime, visando o aumento da sensação de segurança.

Além disso, e mais importante, seus objetivos são atingidos através da execução das ações do programa correspondente à segurança pública nas rodovias federais, que vão desde atividades de saúde voltadas aos usuários das rodovias às atividades de educação para o trânsito.

Por outro lado, os acidentes de trânsito representam prejuízos à economia e à sociedade brasileira, pois os componentes de consequências desfavoráveis de um acidente de trânsito interferem na saúde pública, pelo alto índice de dispêndios governamentais com o tratamento hospitalar dispensado às vítimas, pela interferência na vida em família, pelos danos irreparáveis às vítimas, pelos prejuízos à população economicamente ativa, pelo prejuízo de cargas e veículos sinistrados, dentre muitos outros que compõem prejuízos financeiros elevados, além dos danos intangíveis e irreparáveis na vida social e familiar do cidadão.

Com o objetivo de reduzir o número de acidentes e, conseqüentemente, os reflexos negativos deles decorrentes, a PRF tem procurado implementar uma metodologia de trabalho mais efetiva, utilizando-se de assistência direta ao cidadão, orientações aos usuários das rodovias, campanhas educativas, dentre outros.

O certo é que este Órgão vem delineando suas estratégias de atuação buscando acompanhar esse processo evolutivo, que decorre da diversificação das demandas sociais, dentre as quais estão inseridas aquelas que requerem uma ação do governo mediante a integração do aparato estatal existente.

Neste norte, a Polícia Rodoviária Federal tem fornecido subsídios para que os Estados Federados e entes do Governo Federal venham a implementar políticas públicas, a exemplo do Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério do Meio Ambiente, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA e Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, entre outros.

Assim, o planejamento de atuação deste Órgão de Segurança Pública tem-se desenvolvido no intuito de estabelecer ações integradas com os demais Órgãos Administrativos, bem como com os administrados em geral, para, cada vez mais, prestar um serviço relevante e de qualidade à Sociedade, público-alvo de todas as atividades empreendidas pela Polícia Rodoviária Federal.

Outros fatores sociais identificados são: apoio à sociedade nas situações de calamidade pública, como enchentes, queimadas e queda de barreiras e estradas, bem como o acompanhamento e controle dos reflexos causados pelas manifestações reivindicatórias, que contemplam demandas sociais várias, onde frequentemente ocorre o bloqueio de rodovias federais, trazendo inúmeros prejuízos à população.

Neste contexto, para o perfeito desempenho de suas competências institucionais, faz-se necessário que sua atividade-meio execute suas atribuições em sintonia com a atividade-fim, dotando-a dos recursos necessários para tanto.

De acordo com o PPA a Polícia Rodoviária Federal deverá executar as seguintes ações no quadriênio 2012-2015:

- Ampliar de 10.400.000 para 24.000.000 os procedimentos de fiscalização de pessoas nas rodovias federais;
- Implantar 21 Unidades Especiais de Fronteira da Polícia Rodoviária Federal;
- Implantar 66 monitoramentos eletrônicos (OCR) - Sistema Alerta Brasil em Regiões de Fronteiras;

- Implementação de um Sistema de Tratamento de Dados de Inteligência Policial do Departamento de Polícia Rodoviária Federal nas fronteiras;
- Modernização de 21 Unidades do Sistema Integrado de Inteligência policial para Unidades do Departamento de Polícia Federal nas fronteiras.
- Implantar 166 monitoramentos eletrônicos (OCR) - Sistema Alerta Brasil;
- Mapear as competências necessárias para o desempenho das atribuições da Polícia Rodoviária Federal, identificando os perfis adequados, em especial às atividades de liderança e gestão, bem como aperfeiçoar os mecanismos de avaliação de desempenho e valorização dos servidores;
- Realizar ações de capacitação dos servidores da Polícia Rodoviária Federal, de modo a ajustar as competências institucionais, qualificando 85% dos servidores com no mínimo 30 horas aula de capacitação anual;
- Reformar as unidades operacionais de apoio ao policiamento rodoviário federal da Polícia Rodoviária Federal.
- Alcançar com ações de educação para o trânsito 1.000.000 de pessoas até 2015;
- Ampliar a parceria com o Ministério da Saúde mediante a implantação do SAMU Rodoviário Nacional;
- Ampliar de 21.500.000 para 24.000.000 o número de fiscalizações de veículos nas rodovias federais;
- Ampliar de 4.150.000 para 6.000.000 o número de procedimentos de fiscalização de alcoolemia;
- Implantar o Centro de Estudos de Segurança Viária;
- Implementar centrais de comando e controle em todas as regionais do Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF) com objetivo de monitorar, despachar e controlar as ações operacionais, utilizando-se de sistemas de informações integrados;
- Monitorar eletronicamente com câmeras de vigilância 200 pontos críticos de rodovias.

Adicionalmente à execução das ações previstas no PPA, quadriênio 2012-2015, este Órgão integrante do Sistema de Segurança Pública Nacional pretende executar as ações seguintes:

- Adequar os serviços prestados pelos órgãos de segurança pública e outras instituições frente ao aumento da demanda ocasionada pelos grandes eventos, com prioridade para as sedes da Copa 2014;
- Capacitar 5.000 Policiais Rodoviários Federais em ações específicas voltadas para grandes eventos;
- Implantar 51 Centros de Comando e Controle Móveis destinados às sedes da Copa e centros de treinamento das seleções;
- Dispor de 34.000 vagas de ensino presencial da SENASP com foco nos grandes eventos;
- Apreender 150.717 kg de cocaína (cloridrato, pasta base, crack e outras formas de apresentação);
- Apreender 52.000 armas de fogo;
- Implantação de 350 unidades de próprios nacionais residenciais nas fronteiras;
- Adequar e reformar instalações de segurança pública de organizações e instituições pertencentes ao Estado, adquirir equipamentos, produtos e serviços de tecnologia de informação e comunicação;

- Desenvolver ações para que as forças federais de segurança pública atuem no combate e na apuração dos crimes contra os direitos humanos, relacionados em especial a milícias e grupos de extermínio;
- Promover a reestruturação organizacional dos órgãos policiais da União;
- Capacitar policiais do Departamento de Polícia Rodoviária Federal na temática vinculada à prevenção do uso de drogas na associação com o trânsito brasileiro, bem como o desenvolvimento de habilidades em abordagem dos condutores que apresentam sinais de consumo de álcool ou outras drogas e o adequado uso de etilômetros;
- Integração da Rede de Ensino a Distância da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) às ações de educação das Instituições de Segurança Pública;
- Realizar estudos e pesquisas na área de educação, valorização profissional e segurança pública.

Cabe a 14ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal contribuir, no âmbito de sua área geográfica de atuação, no caso o Estado da Paraíba, para a composição das ações apontadas como prioritárias pela Direção-Geral do órgão.

2.2. Estratégias de Ação Frente aos Objetivos Estratégicos

Com o intuito de gerenciar os objetivos da Polícia Rodoviária Federal, alinhando o planejamento estratégico do órgão com as metas do PPA o Escritório de Projetos Estratégicos do DPRF fomenta a construção, o desenvolvimento e o acompanhamento de Projetos que possam gerenciar as demandas macros da Polícia Rodoviária Federal. Neste contexto, a Polícia Rodoviária Federal está com o desenvolvimento dos seguintes Projetos Estratégicos:

- Comando e Controle – que possui como escopo: Intensificar e aprimorar o uso da tecnologia da informação e a produção de conhecimento; fortalecer e modernizar a fiscalização e o policiamento ostensivo; e melhorar a comunicação interna e externa;
- Vídeo Monitoramento de Rodovias - que possui como escopo: Intensificar e aprimorar o uso da tecnologia da informação e a produção de conhecimento; fortalecer e modernizar a fiscalização e o policiamento ostensivo; e prover meios e infraestrutura adequadas ao desempenho das atividades;
- Alerta Brasil – que possui como escopo: Intensificar e aprimorar o uso da tecnologia da informação e a produção de conhecimento; fortalecer e modernizar a fiscalização e o policiamento ostensivo; e prover meios e infraestrutura adequadas ao desempenho das atividades;
- Landell – que possui como escopo: Fortalecer e modernizar a fiscalização e o policiamento ostensivo; prover meios e infraestrutura adequadas ao desempenho das atividades; e melhorar a comunicação interna e externa;
- Sistemas Móveis – que possui como escopo: Fortalecer e modernizar a fiscalização e o policiamento ostensivo; prover meios e infraestrutura adequadas ao desempenho das atividades; e melhorar a comunicação interna e externa;
- Série Alpha - que possui como escopo: Prover meios e infraestrutura adequadas ao desempenho das atividades; mapear, otimizar e padronizar processos internos; e fomentar melhorias legais e estruturais relacionadas à Missão da PRF;

- Policiamento Especializado – que possui como escopo: Fortalecer e modernizar a fiscalização e o policiamento ostensivo; mapear, otimizar e padronizar processos internos; e fortalecer a imagem institucional da PRF;
- PRF Fronteira - que possui como escopo: Fortalecer e modernizar a fiscalização e o policiamento ostensivo; prover meios e infraestrutura adequadas ao desempenho das atividades; e articular parcerias e intensificar a cooperação nacional e internacional;
- Reengenharia Operacional – que possui como escopo: Fortalecer e modernizar a fiscalização e o policiamento ostensivo; prover meios e infraestrutura adequadas ao desempenho das atividades; e adequar o quadro de pessoal;
- Apoio ao Condutor e Turista – que possui como escopo: Prover meios e infraestrutura adequadas ao desempenho das atividades; articular parcerias e intensificar a cooperação nacional e internacional; e fortalecer a imagem institucional da PRF;
- Plano Diretor de Educação para o Trânsito – que possui como escopo: Fomentar e potencializar ações de Educação para o Trânsito; fortalecer a imagem institucional da PRF; e intensificar ações de garantia dos direitos humanos;
- Hora de Ouro - que possui como escopo: Ampliar e aperfeiçoar o atendimento pré-hospitalar e o resgate emergencial; fortalecer a imagem institucional da PRF; e articular parcerias e intensificar a cooperação nacional e internacional;
- Sistema de Registros de Ocorrências – que tem como escopo: Implantar a perícia de acidente e aprimorar o registro de ocorrências; intensificar e aprimorar o uso da tecnologia da informação e a produção de conhecimento; e mapear, otimizar e padronizar processos internos;
- Gestão Administrativa - que tem como escopo - Prover meios e infraestrutura adequadas ao desempenho das atividades; intensificar e aprimorar o uso da tecnologia da informação e a produção de conhecimento; e mapear, otimizar e padronizar processos internos;
- Sistemas de Informações Gerenciais- que tem como escopo – Desenvolver a cultura de gestão participativa e por resultados; intensificar e aprimorar o uso da tecnologia da informação e a produção de conhecimento; e mapear, otimizar e padronizar processos internos;
- PRF na Internet – que tem como escopo : fortalecer a imagem institucional da PRF; fortalecer a imagem institucional da PRF; intensificar o orgulho de pertencer à PRF e fortalecer seus valores institucionais (profissionalismo, ética, equidade, proatividade, cordialidade, comprometimento, espírito de equipe, transparência e responsabilidade socioambiental);
- Gestão por Competências – que tem como escopo: Mapear e desenvolver competências; adequar o quadro de pessoal; e potencializar a motivação e o desempenho dos servidores;
- Fortalecimento da Estrutura de Ensino – que tem como escopo: Mapear e desenvolver competências; potencializar a motivação e o desempenho dos servidores; e intensificar o orgulho de pertencer à PRF e fortalecer seus valores institucionais (profissionalismo, ética, equidade, proatividade, cordialidade, comprometimento, espírito de equipe, transparência e responsabilidade socioambiental);
- Próprios Nacionais – que tem como escopo: Prover meios e infraestrutura adequadas ao desempenho das atividades; adequar o quadro de pessoal; e potencializar a motivação e o desempenho dos servidores;
- ADI Nacional – que tem como escopo: Desenvolver a cultura de gestão participativa e por resultados; potencializar a motivação e o desempenho dos servidores; e mapear e desenvolver competências;

- Coeficiente de Adequação de Logística e de Infraestrutura – que tem como escopo: Prover meios e infraestrutura adequadas ao desempenho das atividades; assegurar recursos financeiros e otimizar a sua execução; e potencializar a motivação e o desempenho dos servidores;
- Endomarketing (Clima Organizacional) – que tem como escopo: Desenvolver a cultura de gestão participativa e por resultados; melhorar a comunicação interna e externa; e intensificar o orgulho de pertencer à PRF e fortalecer seus valores institucionais (profissionalismo, ética, equidade, proatividade, cordialidade, comprometimento, espírito de equipe, transparência e responsabilidade socioambiental);
- Mapeamento/otimização de processos – que tem como escopo: Mapear, otimizar e padronizar processos internos; desenvolver a cultura de gestão participativa e por resultados; e potencializar a motivação e o desempenho dos servidores;
- Pesquisa: Percepção de Segurança e Imagem da PRF – que tem como escopo: Fortalecer a imagem institucional da PRF ; Melhorar a comunicação interna e externa; e fortalecer e modernizar a fiscalização e o policiamento ostensivo.

Os objetivos traçados no PPA e os escopos existentes nos projetos estratégicos do órgão estão intimamente relacionados com os Macroprocessos de Apoio que o órgão executa, lembrando que a ação da 14ª SRPRF/PB está diretamente pautada por tais objetivos e pelos escopos dos projetos estratégicos traçados e em execução pela órgão central.

2.3. Execução do Plano de Metas ou de Ações

Quanto aos procedimentos de fiscalização de pessoas nas rodovias federais, a PRF atuou de forma efetiva e continuada, tendo sido fiscalizado condutores e passageiros de veículos. 1.769 cidadãos foragidos da justiça, com mandado de prisão em aberto, foram detidos. Objetivando alcançar a meta de 24.000.000 pessoas fiscalizadas até 2015, a meta para 2013 será reajustada, adequando-a à realidade do novo efetivo policial, visto que a PRF recebeu mais 1.500 policiais no final de 2012, apesar de a 14ª SRPRF/PB ter recebido apenas 7 (sete) novos policiais oriundos desta leva.

Quanto ao Mapeamento de competências e à Realização de ações de capacitação dos servidores da Polícia Rodoviária Federal, de modo a ajustar as competências institucionais, esclarecemos que os trabalhos relacionados a tais metas institucionais encontram-se em fase de planejamento, tendo sido estabelecidas etapas para o desenvolvimento do projeto de Gestão por Competências da PRF – GCPRF: (1) Capacitação de servidores e definição dos Consultores da PRF; (2) Definição das Competências Institucionais e realização de *workshops* com gestores, consultores e grupos focais; (3) Mapeamento de competências e; (4) Identificação das Lacunas (GAP) de competências e Plano de Capacitação.

Durante o exercício de 2012 a PRF realizou diversas capacitações com os seus chefes de delegacia na análise estatística de acidentes e mortes nas rodovias, a fim de que o planejamento operacional fosse realizado com maior eficiência, distribuindo os recursos nos locais com maior incidência de acidentes.

Em relação às ações de educação para o trânsito, durante o ano de 2012 foram realizadas Palestras, Exposições, Festival Estudantil Temático para o Trânsito – FETRAN, Cinema Rodoviário e Projetos para Motoristas Profissionais.

A meta pertinente à ampliação da parceria com o Ministério da Saúde, mediante a implantação do SAMU Rodoviário Nacional, em 2012, foi incluída no Plano de Prevenção e Redução de Acidentes, o qual foi absorvido pelo Plano de Enfrentamento à Violência no Trânsito,

que está sendo construído junto à Casa Civil, com previsão orçamentária para ser executado no ano de 2013, já que, apesar da vigência de Termo de Cooperação Técnica, não houve repasses para cobertura das despesas de manutenção da referida parceria com a 14ª SRPRF/PB.

Cumprir registrar, que para as grandes operações realizadas em feriados foram estabelecidas metas desafiadoras de fiscalização de veículos, pessoas e testes de alcoolemia, com acompanhamento diário da execução. Todos esses fatores foram preponderantes para os bons resultados obtidos pela PRF, tendo sido reduzidos o número de mortes e de acidentes em relação ao exercício 2012, tanto em valores absolutos como no indicador que leva em consideração o aumento da frota nacional de veículos, conforme tabela abaixo:

RESULTADOS FINALÍSTICOS DE TRÂNSITO		
	2011	2012
Quantidade de Acidentes	192.303	184.375
Quantidade de Mortos	8.669	8.659
Frota Nacional de Veículos	70.543.530	76.137.191
Taxa de Acidentes	2.726	2.421
Taxa de Mortalidade	122	113
% Redução de Acidentes - Números	-4,12%	
% Redução de Mortos - Números	-0,12%	
Varição da Taxa de Acidentes	-11,19%	
Varição da Taxa de Mortalidade	-7,38%	

2.4. Indicadores

Descrição:		Forma de Calculo:
1	Taxa de Mortalidade	Números de mortes, por milhão de veículos, considerando-se a frota nacional de veículos de acordo com as informações fornecidas pelo DENATRAN.
2	Taxa de Acidentes Graves	Números de Acidentes Graves, por milhão de veículos, considerando-se a frota nacional de veículos de acordo com as informações fornecidas pelo DENATRAN.
3	Índice de Interdição de Rodovia	Ponderação que Resultará da tabulação dos dados de interferências na via, sendo considerados na formulação desse índice fatores como a duração e o nível de interferência, o VMD (Volume Médio Diário de veículos) do trecho observado e o nível de dificuldade de restabelecer o fluxo de trânsito.
4	Pessoas Detidas	Varição do Número de Pessoas Detidas por períodos de mensuração.
5	Veículos Recuperados	Varição do Número de Veículos Recuperados por períodos de mensuração.
6	Quadro de Apreensões de Drogas,	Varição do Número de Apreensões por períodos de mensuração.

	Contrabando e descaminho, Armas e Relacionadas a Crimes Ambientais	
7	Índice de Percepção de Segurança	Pesquisa quantitativa e qualitativa, que avaliará se as ações desenvolvidas pela instituição produziram, além dos resultados aferidos pelos outros indicadores, um impacto positivo na sociedade, ou seja, se aqueles que fazem uso das rodovias federais sentem-se mais seguros nos seus deslocamentos e o quanto essa segurança é resultante da ação da Polícia Rodoviária Federal.

Cabe ressaltar que os indicadores ora apresentados são comuns à todas as unidades descentralizadas do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, lembrando que a 14ª SRPRF/PB faz parte desta estrutura e, por conseguinte, adota os mesmos indicadores na realização de suas ações institucionais.

3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.1. Estrutura de Governança

A 14ª SRPRF/PB não possui, em sua estrutura, organismo destinado à execução das ações de auditoria ou controle interno, sendo tais atividades, normalmente, exercidas pelas unidades regionais da Controladoria Geral da União e do Tribunal de Contas da União.

3.2. Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Quadro II – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.			X		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	

Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		X			
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.		X			
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.		X			
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.		X			
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.			X		
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			X		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.		X			
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		X			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		X			
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.		X			
Análise Crítica:					
Essa UJ não possui um Sistema de Controle Interno. Tal controle somente encontra-se estruturado no âmbito do Ministério da Justiça, Unidade a qual esta UJ é subordinada. Inobstante, foi criado o Grupo de Acompanhamento de Auditoria e Fiscalização que tem acompanhado as demandas oriundas do TCU e CGU, ainda que de forma incipiente e não concentrada.					
Cabe ressaltar que a alta Administração deste DPRF tem se empenhado esforços no sentido de dotar a Instituição de uma área de assessoramento de controle interno, conforme Projeto de reestruturação do DPRF processo atualmente sob análise da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e posterior encaminhamento à Casa Civil, contudo o referido processo não apresentou, ainda, a reestruturação esperada.					
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria .					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria .					
(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

3.3. Remuneração Paga a Administradores

Não se aplica.

3.4. Sistema de Correição

A 14ª SRPRF/PB possui definida em sua estrutura regimental um organismo próprio com a finalidade de realização da atividade de correição, denominada Corregedoria Regional.

A Corregedoria Regional da 14ª SRPRF/PB funciona em duas salas, onde a primeira encontra-se instalada a Corregedoria Regional, e a segunda o Núcleo de Assuntos Internos, o qual é subordinado à Corregedoria Regional. A corregedoria Regional conta com o efetivo de um servidor – Corregedor Regional, e uma servidora terceirizada, e uma outra servidora, que responde pela substituição do Corregedor Regional (lotada no Gabinete da Superintendente). Enquanto que no Núcleo de Assuntos Internos, conta com dois servidores, o Chefe do referido Núcleo e seu Substituto.

Quanto as atividades do sistema de Correição Regional, são as que estão definidas nos Artigos 92 e 93 do Anexo da Portaria Ministerial nº 1.375, de 02 de agosto de 2007 da lavra do Senhor Ministro de Estado da Justiça;

Art. 92. À Corregedoria Regional compete:

I - planejar, supervisionar, orientar e coordenar as atividades relacionadas com a conduta funcional e a eficiência das atividades dos servidores da Regional, obedecidas as diretrizes correcionais do Departamento, bem como cumprir e fazer cumprir o regime disciplinar vigente;

II - proceder à análise de autuações administrativas relacionadas às questões disciplinares, propondo soluções pertinentes, de acordo com a legislação, a jurisprudência e decisões administrativas vigentes;

III - acompanhar e avaliar os trabalhos das comissões de sindicância e processos administrativos disciplinares e orientar, no âmbito da Unidade Regional, na interpretação e cumprimento da legislação pertinente;

IV - elaborar e promover a execução de planos e programas de inspeção sistemática;

V - receber e avaliar denúncias ou representações sobre irregularidades praticadas por servidores, além de analisar e instruir procedimentos administrativos disciplinares;

VI - elaborar e manter atualizado os relatórios da área correicional da Unidade Regional;

VII - organizar e manter atualizado cadastro de informações correcionais de servidores da Superintendência;

VIII - manter atualizado o arquivo específico de legislação, normas, instruções, decisões e pareceres de assuntos de interesse de sua área;

IX - orientar, controlar, fiscalizar, prestar apoio logístico e avaliar os trabalhos das comissões disciplinares;

X - elaborar estatísticas de interesse da área correicional e relatórios de gestão;

XI - prestar informações e encaminhar documentos às áreas competentes, referentes a questões correcionais;

XII - promover o controle prescricional nos procedimentos disciplinares sob responsabilidade da Superintendência;

- XIII - auxiliar na gestão do orçamento correcional;*
- XIV - elaborar minutas de portarias e informações pertinentes; e*
- XV - elaborar o Programa Anual de Inspeção Sistemática.*

Art. 93. *Ao Núcleo de Assuntos Internos compete:*

I - auxiliar no planejamento e execução das atividades pertinentes à Corregedoria Regional;

II - executar recolhimento de documentos, livros, arquivos em meio magnético ou de qualquer material pertencente ao acervo patrimonial do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, quando houver fundada suspeita da prática de ilícitos administrativos disciplinares;

III - promover a execução de investigações e diligências necessárias à instrução ou instauração de procedimentos disciplinares, sob a supervisão do Chefe da Corregedoria Regional;

IV - receber e avaliar denúncias ou representações sobre irregularidades praticadas por servidores;

V - fiscalizar o desenvolvimento das atividades dos servidores, nos respectivos locais de trabalho para prevenir e reprimir a prática de irregularidades no exercício do cargo; e

VI - operacionalizar o Programa Anual de Inspeção Sistemática.

Com relação aos resultados observados no exercício de 2012, informamos que:

Foram autuados 29 processos;
Dos autuados, 04 resultaram em PAD,
01 em Sindicância Administrativa,
01 em Sindicância Investigativa,
22 arquivados por falta de objeto
11 em Investigação Preliminar
05 em análise

Informa-se que os dados acima correspondem aos processos dado entrada na Corregedoria Regional em 2012 somado com os processos remanescentes de 2011.

3.5. Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

Ressalte-se que a Corregedoria Regional encontra-se em consonância com os Artigos 4º e 5º da Portaria acima mencionada.

4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1. Informação Sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ

Como a 14ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal não é unidade orçamentária, não há sob sua responsabilidade direta Programas do PPA, cabendo a esta apenas a execução das ações orçamentárias que lhe são repassadas.

Contudo, para prover o melhor entendimento das informações aqui contidas, listamos a seguir os Programas de Governo dos quais foram executadas Ações Orçamentárias pela UJ.

4.1.1. Informação Sobre Programas de Responsabilidade da UJ

Quadro III – Programas de Governo Constantes do PPA - Temático

Identificação do Programa de Governo				
Código Programa	2070			
Título	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA			
Órgão Responsável	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ			
Fontes de Recursos (PPA e LOA) (em R\$ 1,00)				
Fontes de Recursos	Valores do Exercício 2012		a) Valor Remanescente (d – e)	
	e) Previsto no PPA	f) Fixado na LOA		
a) Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	Prejudicado	331.198.174,00		
b) Outras Fontes				
c) Subtotais (a + b)				
d) Valor Global Previsto no PPA	Prejudicado			
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)				
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar		Valores Pagos
		Processados	Não Processados	
2.988.118,08	2.149.336,57	911,06	838.781,51	2.148.425,51
Objetivos Relacionados ao Programa				
Código	Descrição	Órgão ou Unidade Responsável Pelo Gerenciamento		
0825	Aprimorar o combate à criminalidade, com ênfase em medidas de prevenção, assistência, repressão e fortalecimento das ações integradas para superação do tráfico de pessoas, drogas, armas, lavagem de dinheiro e corrupção, enfrentamento de ilícitos característicos da região de fronteira e na intensificação da fiscalização do fluxo migratório.	Ministério da Justiça - MJ		
0830	Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.	Ministério da Justiça – MJ		
0833	Fortalecer a segurança viária e a educação para o trânsito, ampliando a capacidade de policiamento, monitoramento e fiscalização nas rodovias federais e	Ministério da Justiça – MJ		

integrando ações relacionadas à temática
--

Identificação do Programa de Governo				
Código Programa	0089			
Título	PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO			
Órgão Responsável	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA			
Fontes de Recursos (PPA e LOA) (em R\$ 1,00)				
Fontes de Recursos	Valores do Exercício 2012		b) Valor Remanescente (d – e)	
	g) Previsto no PPA	h) Fixado na LOA		
e) Orçamento Fiscal e da Seguridade Social		0,00		
f) Outras Fontes				
g) Subtotais (a + b)				
h) Valor Global Previsto no PPA				
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)				
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar		Valores Pagos
		Processados	Não Processados	
49.701,72	49.701,72	0,00	0,00	49.701,72
Objetivos Relacionados ao Programa				
Código	Descrição	Órgão ou Unidade Responsável Pelo Gerenciamento		
	NÃO SE APLICA – PPA 2008 A 2011			

Identificação do Programa de Governo				
Código Programa	0663			
Título	SEGURANÇA PÚBLICA NAS RODOVIAS FEDERAIS			
Órgão Responsável	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ			
Fontes de Recursos (PPA e LOA) (em R\$ 1,00)				
Fontes de Recursos	Valores do Exercício 2012		c) Valor Remanescente (d – e)	
	i) Previsto no PPA	j) Fixado na LOA		
i) Orçamento Fiscal e da Seguridade Social		0,00		
j) Outras Fontes				
k) Subtotais (a + b)				
l) Valor Global Previsto no PPA				
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)				
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar		Valores Pagos
		Processados	Não Processados	
173.131,77	173.131,77	0,00	0,00	173.131,77
Objetivos Relacionados ao Programa				
Código	Descrição	Órgão ou Unidade Responsável Pelo Gerenciamento		
	NÃO SE APLICA – PPA 2008 A 2011			

Identificação do Programa de Governo				
Código Programa	2030			
Título	EDUCAÇÃO BÁSICA			
Órgão Responsável	INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS - INEP			
Fontes de Recursos (PPA e LOA) (em R\$ 1,00)				
Fontes de Recursos	Valores do Exercício 2012		d) Valor Remanescente (d – e)	
	k) Previsto no PPA	l) Fixado na LOA		
m) Orçamento Fiscal e da Seguridade Social		0,00		
n) Outras Fontes				
o) Subtotais (a + b)				
p) Valor Global Previsto no PPA				
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)				
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar		Valores Pagos
		Processados	Não Processados	
345,92	345,92	0,00	0,00	345,92
Objetivos Relacionados ao Programa				
Código	Descrição	Órgão ou Unidade Responsável Pelo Gerenciamento		
	NÃO SE APLICA – PPA 2008 A 2011			

Identificação do Programa de Governo				
Código Programa	2075			
Título	TRANSPORTE RODOVIÁRIO			
Órgão Responsável	AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT			
Fontes de Recursos (PPA e LOA) (em R\$ 1,00)				
Fontes de Recursos	Valores do Exercício 2012		e) Valor Remanescente (d – e)	
	m) Previsto no PPA	n) Fixado na LOA		
q) Orçamento Fiscal e da Seguridade Social		0,00		
r) Outras Fontes				
s) Subtotais (a + b)				
t) Valor Global Previsto no PPA				
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)				
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar		Valores Pagos
		Processados	Não Processados	
101.643,90	99.765,82	0,00	1.878,08	99.765,82
Objetivos Relacionados ao Programa				
Código	Descrição	Órgão ou Unidade Responsável Pelo Gerenciamento		
	NÃO SE APLICA – PPA 2008 A 2011			

Identificação do Programa de Governo				
Código Programa	2112			
Título	PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA			
Órgão Responsável	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA			
Fontes de Recursos (PPA e LOA) (em R\$ 1,00)				
Fontes de Recursos	Valores do Exercício 2012		f) Valor Remanescente (d – e)	
	o) Previsto no PPA	p) Fixado na LOA		
u) Orçamento Fiscal e da Seguridade Social		0,00		
v) Outras Fontes				
w) Subtotais (a + b)				
x) Valor Global Previsto no PPA				
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)				
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar		Valores Pagos
		Processados	Não Processados	
3.016.796,63	2.911.017,73	0,00	105.778,90	2.911.017,73
Objetivos Relacionados ao Programa				
Código	Descrição	Órgão ou Unidade Responsável Pelo Gerenciamento		
	NÃO SE APLICA – PPA 2008 A 2011			

4.1.2. Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programa Temáticos de Responsabilidade da UJ

Quadro IV – Objetivos de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação do Objetivo						
Código	0825 (201C)					
Descrição	Aprimorar o combate à criminalidade, com ênfase em medidas de prevenção, assistência, repressão e fortalecimento das ações integradas para superação do tráfico de pessoas, drogas, armas, lavagem de dinheiro e corrupção, enfrentamento de ilícitos característicos da região de fronteira e na intensificação da fiscalização do fluxo migratório.					
Programa	2070 - SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA					
Órgão Responsável	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA – MJ					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
80.017.000,00	121.845.255,00	92.305,13	92.305,13	0	0	92.305,13
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Ampliar de 10.400.000 para 24.000.000 os procedimentos de fiscalização de pessoas nas rodovias federais	Unidade				
02	Implantar 21 Unidades Especiais de Fronteira da Polícia Rodoviária Federal.	Unidade				
03	Implantar 66 monitoramentos eletrônicos (OCR) - Sistema Alerta Brasil	Unidade				
04	Implementação de um Sistema de	Unidade				

	Tratamento de Dados de Inteligência Policial do Departamento de Polícia Rodoviária Federal nas fronteiras.					
05	Modernização de 21 Unidades do Sistema Integrado de Inteligência policial para Unidades do Departamento de Polícia Federal nas fronteiras.	Unidade				

NOTA: METAS PARA TODA A VIGÊNCIA DO PPA 2012-2015

Identificação do Objetivo						
Código	0830 (ID49, 8698, 8623, 200G, 200C, 2524, 2816)					
Descrição	Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.					
Programa	2070 - SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA					
Órgão Responsável	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
116.350.174,00	153.676.380,00	1.384.946,11	877.097,26	0	507.848,85	877.097,26
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Implantar 166 monitoramentos eletrônicos (OCR) - Sistema Alerta Brasil. policiamento rodoviário federal da Polícia Rodoviária Federal.	Unidade				
02	Mapear as competências necessárias para o desempenho das atribuições da Polícia Rodoviária Federal, identificando os perfis adequados, em especial às atividades de liderança e gestão, bem como aperfeiçoar os mecanismos de avaliação de desempenho e valorização dos servidores.	Unidade				
03	Realizar ações de capacitação dos servidores da Polícia Rodoviária Federal, de modo a ajustar as competências institucionais, qualificando 85% dos servidores com no mínimo 30 horas aula de capacitação anual.	Unidade				

Identificação do Objetivo						
Código	0833 (2723, 4641, 86A1)					
Descrição	Fortalecer a segurança viária e a educação para o trânsito, ampliando a capacidade de policiamento, monitoramento e fiscalização nas rodovias federais e integrando ações relacionadas à temática					
Programa	2070 - SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA					
Órgão Responsável	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
134.831.000,00	169.848.347,00	1.510.866,84	1.179.934,18	911,06	330.932,66	1.179.023,12
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Alcançar com ações de educação para o trânsito 1.000.000 de pessoas até 2015.	Unidade				
02	Ampliar a parceria com o Ministério da Saúde mediante a implantação do SAMU Rodoviário Nacional.	Unidade	Prejudicado			
03	Ampliar de 21.500.000 para 24.000.000 o número de fiscalizações de veículos nas rodovias federais.	Unidade	Prejudicado			
04	Ampliar de 4.150.000 para 6.000.000 o número de procedimentos de fiscalização de alcoolemia.	Unidade	Prejudicado			
05	Implantar o Centro de Estudos de Segurança Viária.	Unidade	Prejudicado			
06	Implementar centrais de comando e controle em todas as regionais do Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF) com objetivo de monitorar, despachar e controlar as ações operacionais, utilizando-se de sistemas de informações integrados.	Unidade	Prejudicado			
07	Monitorar eletronicamente com câmeras de vigilância 200 pontos críticos de rodovias.	Unidade	Prejudicado			

NOTA: O PPA 2012-2015 não contemplou em sua estrutura a fragmentação da meta prevista para todo o período, razão pela qual o preenchimento de alguns campos da coluna referente à Meta Física prevista para o exercício 2012 restou prejudicado.

** Quanto aos valores a serem contemplados na coluna “Meta Financeira”, quando existente, diante da especificidade da matéria, informamos que tais dados estão discriminados de forma segura em campo próprio dos quadros detalhadores de cada uma das Ações executadas pela 14ª SRPF/PB.

Análise Crítica:

Meta 01.

Fonte: COEN/DPRF

A Educação para o Trânsito até 2012 foi executada pela Divisão de Planejamento, Ensino à Distância e Educação de Trânsito, que era responsável por coordenar as Ações de Educação para o Trânsito e implementar os projetos nacionais de Educação para o Trânsito em conjunto com as Comissões Regionais de Educação para o Trânsito – CRETs. Ao dividirmos a meta plurianual em 4 anos, obtemos a meta de 250.000 pessoas por ano. Para o exercício 2012, o público alcançado pelos projetos abrange crianças, jovens, adultos, idosos, profissionais e condutores usuários da rodovia, totalizando 210.000 pessoas, com a aplicação de R\$ 823.481,00 em Ações de Educação para o Trânsito. Foi estabelecido o desenvolvimento de quatro ações prioritárias: o Festival Estudantil Temático *Teatro para o Trânsito* - FETRAN, a 1ª Maratona de Cinema Rodoviário, a realização de Palestras e de Projetos para Motoristas Profissionais, em parceria com empresas, tais como a *Caravana Siga Bem*, promovida pela Petrobras e Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, a competição *Melhor Motorista de Caminhão do Brasil – 2012*, promovida pela SCANIA e a *Gincana do Caminhoneiro* promovida pela Revista Caminhoneiro e Saúde nas Estradas em parceria com a Ipiranga. Além disso, foi realizado em Campo Grande/MS, o Encontro Nacional de Segurança e Crimes de Trânsito, que reuniu autoridades, membros da comunidade e instituições ligadas ao trânsito para discutir ações que auxiliem na segurança do trânsito.

Ao considerarmos a divisão da meta por 04 (quatro) anos de implementação da ação, a meta ficou apenas 16% abaixo do previsto, sendo que ações implementadas neste exercício poderão ser aprimoradas visando a consecução do objetivo a longo prazo.

Carência de efetivo, recursos escassos e falta de estrutura das Comissões Regionais de Educação para o Trânsito contribuíram para o não atingimento da meta esperada para o exercício.

Meta 02.

Fonte: EPE/DPRF

SAMU Rodoviário Nacional: meta incluída no Plano de Prevenção e Redução de Acidentes do Plano, que foi absorvido pelo Plano de Enfrentamento à Violência no Trânsito que está sendo construído junto à Casa Civil, com previsão orçamentária para 2013.

Meta 03.

Fonte: CGO/DPRF

Veículos Fiscalizados: A fiscalização veicular visa coibir as infrações de trânsito e a criminalidade nas rodovias federais. Através dessa atuação foram apreendidos 88.104 kg de maconha e 6.830 kg de cocaína, 1.319 armas de fogo, inclusive 11 fuzis e 6 submetralhadoras. Foram realizadas aproximadamente 1.800.000 autuações de trânsito e foram recuperados 4.566 veículos roubados. A meta de fiscalização de veículos para 2013 é mais ambiciosa, 6.800.000 veículos a serem fiscalizados, visto que a PRF recebeu um novo contingente de 1.500 policiais no final de 2012.

Meta 04.

Fonte: CGO/DPRF

Procedimentos de Fiscalização de Alcoolemia: Os acidentes e mortes envolvendo motoristas embriagados são os que causam maior reflexo na sociedade. Visando coibir essa prática o governo federal vem apertando o cerco contra os motoristas que se embriagam e dirigem, colocando em risco a vida de inocentes. Em 2012 as operações com etilômetro foram planejadas para determinados horários e locais com maior incidência destas praticas delituosas. Foram realizadas 8.701 prisões de condutores embriagados e 25.065 autuações por alcoolemia. Todas essas ações contribuíram para que em 2012 o número de acidentes e mortes fosse inferior ao de 2011, mesmo com o aumento da frota nacional em mais de 6.000.000 de veículos. Porém, as metas constantes do PPA são bem mais desafiadoras. Neste sentido, para em 2013, foi definido como meta desafiadora a execução de mais de 1.800.000 testes de etilômetro.

Meta 05.

Fonte: EPE/DPRF

Centro de Estudos de Segurança Viária: em 2012 foram feitas tratativas para implantação do Centro, contudo a perspectiva é para 2013 com a nova sede da PRF e no âmbito do Plano de Redução de Acidentes;

Meta 06.

Fonte: EPE/DPRF

Centrais de Comando e Controle Regionais: em 2012 a CIOP da 9ª SRPRF/RS foi migrada para o conceito de Central de Comando e Controle e a CIOP da 5ª SRPRF/RJ está com processo junto à ANTT, para que sejam utilizados recursos das concessionárias para a mesma migração;

Meta 07.

Fonte: EPE/DPRF

Monitoramento Eletrônico com Câmeras: foram implementados 78 pontos de monitoramento com câmeras no Rio Grande do Sul, sendo 24 pontos pela PRF e 54 pontos pelas Concessionárias de Rodovias Federais. Estima-se em 2013, investimentos provenientes do Enafron e do Plano de Redução de Acidentes.

4.1.3. Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Quadro V – Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Código	03DO (20IC)					
Descrição	Implementação da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras para o monitoramento das regiões fronteiriças e Amazônia Legal, bem como para a ampliação da presença dos órgãos de segurança pública e outras instituições nessas regiões					
Objetivo	0825 - Aprimorar o combate à criminalidade, com ênfase em medidas de prevenção, assistência, repressão e fortalecimento das ações integradas para superação do tráfico de pessoas, drogas, armas, lavagem de dinheiro e corrupção, enfrentamento de ilícitos característicos da região de fronteira e na intensificação da fiscalização do fluxo migratório.					
Órgão ou Unidade Responsável	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
80.017.000,00	121.845.255,00	92.305,13	92.305,13		0	92.305,13
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Operação apoiada	Unidade	04	01	0	0

Nota: As iniciativas não possuem metas no PPA, somente os objetivos. No caso concreto, a meta informada refere-se à ação 20IC - Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras – ENAFRON, única ação orçamentária da iniciativa 03DO.

Análise Crítica:

Fonte: CGO/DPRF

Em 2012 a PRF teve forte atuação no combate à criminalidade nas fronteiras, graças aos recursos recebidos do programa ENAFRON. A Operação Sentinela foi realizada em todos os estados fronteiriços, de janeiro a dezembro, através da mobilização do efetivo de outros estados para as regiões de fronteira. Em 2012, em média, foram mobilizados mensalmente 180 policiais especializados no combate à criminalidade.

Entre os principais resultados estão a apreensão de 66 toneladas de maconha e 5.919 kilos de cocaína, além da apreensão de 609 armas de fogo e 4.678 pessoas presas em flagrante, conforme quadro a seguir:

PROCEDIMENTOS REALIZADOS	TOTAL
Mandados de Prisão Cumpridos	799
Veículos Vistoriados	2.541.439
Pessoas Vistoriadas	4.131.603
Pessoas Presas em Flagrante	4.768
Menores Apreendidos	803
RESULTADOS OBTIDOS	
Maconha e derivados (kg)	66.227,43
Cocaína e derivados(kg)	5.919,47
Armas de fogo	605
Munições	44.373
Veículos Apreendidos / Veículos recuperados	1.944
Embarcações Apreendidas	
Cigarros (pacotes)	2.863.837
Fármacos / Medicamentos (unidades)	522.318
Eletrônicos (máquinas fotográficas, celulares, outros)	270.058
Valor de Eletrônicos (Reais)	108.023.200
Pneus (unidades)	5.315
CD + DVD	2.150.583
Bebidas (garrafas)	62.550
Produtos de contrabando (unidade) - diversos	32.298.338
Valor de produtos de contrabando - diversos	32.298.338
Dinheiro Apreendido (Reais)	1.595.045,65
Dinheiro Apreendido (Dólares)	167.011,00

Na final do ano iniciou-se também a operação dos novos veículos scanners com excelentes resultados, além da utilização do software de análise de bases estruturadas e não estruturadas, pelas áreas de inteligência, adquiridos com recursos do ENAFRON.

Identificação da Iniciativa						
Código	03DW (2816)					
Descrição	Aprimorar as ações de investigação e operações de inteligência policial					
Objetivo	0830 - Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.					
Órgão ou Unidade Responsável	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA – MJ					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.500.000,00	1.800.000,00	20236,56	20236,56	0	0	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Operação realizada	Unidade			0	0

Nota: As iniciativas não possuem metas física e financeira, somente os objetivos. No caso concreto, a meta informada refere-se à ação 2816 – Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal, única ação orçamentária da iniciativa 03DW.

Análise Crítica:

Fonte: DOINT/COINT.

Através da implementação de sistema desenvolvido pela PRF exclusivo para a área de Inteligência o gerenciamento das execuções das operações de Inteligência ficou mais célere e eficaz, proporcionando um incremento do número de operações de Inteligência em diversos núcleos regionais.

O contingenciamento, que apresentou limites financeiros, impediram o planejamento de operações de Inteligência que pelo princípio da oportunidade não puderam ser executados.

A implementação do Sistema para área de inteligência feito a partir do início de 2012 tinha a previsão de se consolidar em todas as regionais em até dois anos, porém no final do ano todas as regionais já estavam completamente integradas ao Sistema.

Identificação da Iniciativa						
Código	03DY (2524)					
Descrição	Fortalecimento, seleção, formação, capacitação e valorização do quadro de servidores das polícias da União					
Objetivo	0830 - Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.					
Órgão ou Unidade Responsável	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
4.000.000,00	4.800.000,00	185396,53	185396,53	0	0	185396,53
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Servidor capacitado	Unidade			0	0

Nota: As iniciativas não possuem metas no PPA, somente os objetivos. No caso concreto, a meta informada refere-se à ação 2524 – Capacitação dos Servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, única ação orçamentária da iniciativa 03DY.

Análise Crítica:

Fonte: COEN/DPRF

Preliminarmente, cumpre registrar que, conforme estabelecido no PPA, as iniciativas que integram as metas dos objetivos de cada programa não contemplam, em sua essência, metas físicas ou financeiras a serem atingidas e/ou executadas.

Em relação à temática sob apreço, consta em quadro próprio descritor da Ação **2524 – capacitação dos servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal**, informações que guardam estreita relação com a iniciativa em comento.

Saliente-se que, neste caso, a meta a ser informada refere-se exclusivamente à Ação acima epigrafada.

Identificação da Iniciativa						
Código	03E1(8698, 8623, 200G, 200C)					
Descrição	Provimento de infraestrutura adequada para os órgãos policiais da União e promoção da atualização tecnológica, aparelhamento e manutenção das soluções implementadas					
Objetivo	0830 - Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.					
Órgão ou Unidade Responsável	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
94.720.000,00	143.346.206,00	1.013.293,02	671.464,17	0,00	341.828,85	671.464,17
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Não se aplica					

Nota: As iniciativas não possuem metas física e financeira no PPA, somente os objetivos.

Análise Crítica:

Fonte: CGPLAM.

Não foram elencadas metas para a Iniciativa, todavia, foram dados passos significativos no que tange à infraestrutura, o que refletirá diretamente em uma atuação de excelência da UJ no cumprimento de sua missão.

O maior impedimento enfrentado foi relativo à falta de mão-de-obra para avançar com a parte burocrática, principalmente no que tange a parte de obras, haja vista a UJ não possuir quadro de técnicos especializados próprios nas áreas de engenharia civil e tecnologia da informação.

Identificação da Iniciativa						
Código	03EH (2723, 4641, 86A1)					
Descrição	Fortalecimento da capacidade de enfrentamento à violência no trânsito, no âmbito das rodovias federais, por meio do aprimoramento das ações de fiscalização e educação para o trânsito, envolvendo o cidadão e outras organizações da sociedade civil, visando à mudança de comportamento em busca de um trânsito mais seguro					
Objetivo	0833 - Fortalecer a segurança viária e a educação para o trânsito, ampliando a capacidade de policiamento, monitoramento e fiscalização nas rodovias federais e integrando ações relacionadas à temática.					
Órgão ou Unidade Responsável	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
134.831.000,00	169.848.347,00	1.510.866,84	1.179.934,18	911,06	330.932,66	1.179.023,12
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Não se aplica					

Nota: As iniciativas não possuem metas física e financeira no PPA, somente os objetivos.

Análise Crítica:

Fonte: CGO/DPRF

Em 2012 a PRF realizou diversas capacitações com os seus chefes de delegacia na análise estatística de acidentes e mortes nas rodovias, a fim de que o planejamento operacional fosse realizado com maior eficiência, distribuindo os recursos nos locais com maior incidência de acidentes. Nas grandes operações em feriados foram estabelecidas metas desafiadoras de fiscalização de veículos, pessoas e testes de alcoolemia, com acompanhamento diário da execução.

Cabe ressaltar a realização do projeto Rodovida do Ministério da Justiça em conjunto com o Ministério dos Transportes e o Ministério das Cidades onde os órgãos envolvidos investiram pesadamente em ações publicitárias de conscientização do cidadão em relação ao excesso de velocidade e alcoolemia no trânsito. Todos esses fatores foram preponderantes para os bons resultados obtidos pela PRF. O número de mortes e de acidentes foram todos reduzidos em relação à 2011, tanto em valores absolutos como no indicador que leva em consideração o aumento da frota nacional de veículos.

4.1.4. Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Quadro VI – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	20IC					
Descrição	ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA NAS FRONTEIRAS - ENAFRON					
Iniciativa	03DO - Implementação da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras para o monitoramento das regiões fronteiriças e Amazônia Legal, bem como para a ampliação da presença dos órgãos de segurança pública e outras instituições nessas regiões					
Unidade Responsável	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
80.017.000,00	121.845.255,00	92.305,13	92.305,13	0	0	92.305,13
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Operação Apoiada	unidade	04	01	92.305,13	92.305,13

Análise Crítica:

Apesar de desenvolvimento da presente ação ter se dado nas chamadas regiões de fronteira, a presente ação foi executada pela 14ª SRPRF/PB em virtude do envio de efetivo policial para atuar nas regiões citadas.

Identificação da Ação						
Código	2524					
Descrição	CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					
Iniciativa	03DY - Fortalecimento, seleção, formação, capacitação e valorização do quadro de servidores das polícias da União					
Unidade Responsável	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
4.000.000,00	4.800.000,00	185.396,53	185.396,53	0	0	185.396,53
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Servidor capacitado	Unidade	512	500	185.396,53	185.396,53

Análise Crítica:

Vale ressaltar que a meta estabelecida tomou por base a execução da mesma ação no exercício de 2011, no intuito de se manter o mesmo nível de serviços, porém o cumprimento da meta na forma proposta ficou bastante prejudicada em função da realização de Curso de Formação Profissional - CFP de novos policiais, o que demandou de forma decisiva o contingente de instrutores da 14ª SRPRF/PB, que foram deslocados para atuar durante as duas turmas de realização de CFP.

Não obstante ao não atingimento das metas físicas propostas, as capacitações realizadas com recursos oriundos da presente ação forma:

Atividade executada	Público Atingido		
	PRF	ADM	OUTROS
Curso de Tecnologias de Menor Potencial Ofensivo	193		15
Curso de Técnicas de Resgate Veicular com o Uso de Desencarcerador	8		6
Curso de Habilitação em Submetralhadora TAURUS SMT 40	172		22
Curso LINUX – Introdução e Administração de Servidores	2		
Curso de Planejamento Operacional	2		
Curso de Formação de Voluntários de Emergência – CVE	6		
Ciclo de Debates Sobre a Lei Seca	4		
Curso de Atualização Temática Sobre Legislação Sanitária em Ambulâncias, Medicamentos e Alimentos	33		
Fórum Paraíba pela Paz	8		
Seminário sobre Fiscalização de Obras Públicas	6		
Curso de Motopilotagem e Direção Defensiva	2		
Oficina sobre Ética na Administração Pública	2		
Curso de Linguagem Brasileira de Sinais	5	4	4
Curso de Licenciamento em Obras Públicas	4		
Curso de Gerenciamento de Projetos	1	1	

Identificação da Ação						
Código	2723					
Descrição	POLICIAMENTO OSTENSIVO NAS RODOVIAS E ESTRADAS FEDERAIS					
Iniciativa	03EH - Fortalecimento da capacidade de enfrentamento à violência no trânsito, no âmbito das rodovias federais, por meio do aprimoramento das ações de fiscalização e educação para o trânsito, envolvendo o cidadão e outras organizações da sociedade civil, visando à mudança de comportamento em busca de um trânsito mais seguro.					
Unidade Responsável	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
64.581.000,00	99.618.347,00	1.506.325,98	1.175.393,32	911,06	330.932,66	1.174.482,26
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Procedimento realizado	Unidade	Ver nota	Ver nota	1.506.325,98	1.175.393,32

Análise Crítica:

A fim de dar desdobramento das metas globais do Departamento de Polícia Rodoviária Federal até suas Unidades Regionais foi baixada, em 14/12/2011, a Instrução de Serviço nº 004. Nela restaram definidos os Indicadores e metas para esta UJ. O quadro seguinte demonstra essas metas e o seu percentual de alcance.

INDICADOR	Taxa de Variação de Acidentes*	Taxa de Mortalidade*	Procedimentos de Fiscalização		
			Veículos Fiscalizados	Pessoas Fiscalizadas	Teste com Etilômetro
PREVISTO	5,60	2,40	115.638	115.638	16.652
ALCANÇADO	5,37	2,87	130.153	130.153	16.960
VARIAÇÃO EM %	- 4,11%	19,58 %	12,55%	12,55%	1,85

*Acidentes e Mortos por 1.000.000 de veículos da Frota Nacional(fonte da frota – DENATRAN).

Fonte dos dados: SIGER/DPRF

Apesar de o Programa Temático a que a PRF está vinculada no PPA 2012-2015 não trazer mais os Indicadores de Resultado, ou seja, as taxas de mortalidade e de variação de acidentes (estas existiam no Programa 0663 do PPA 2008-2011), o Órgão Central, por meio da Coordenação-Geral de Operações resolveu contemplá-las no exercício 2012.

Os Indicadores vinculados a ocorrência de acidentes de trânsito, seja a Taxa de Mortalidade Específica ou o Índice de vítimas de acidentes, figuram neste PPA no Programa Temático 2048 – Mobilidade urbana e trânsito, tendo como órgão responsável o Ministério das Cidades.

Como se pode notar os resultados aparentemente não foram muito bons, especialmente na verificação da taxa de mortalidade. Mas é necessário fazer uma ressalva. No exercício 2012 estava em curso mudança de metodologia de aferição de desempenho a luz no novo PPA, o que pode ter prejudicado a correta distribuição das metas para as Unidades Regionais. Vale lembrar, também, que a variável da frota é nacional, mas em algumas regiões o crescimento se revela maior que em outras. A título de ilustração, enquanto a frota nacional cresceu na média de 7,93%, a frota da Rondônia cresceu 12,35%. Dever-se-ia incluir os índices do aumento de condutores, densidade demográfica que influencia as rodovias, quantidades de polos atrativos de trânsito como indústrias, comércios, escolas, faculdades, etc.

A fim de aumentar a sintonia fina da avaliação dos resultados da atividade finalística, será apresentado quadro com os resultados de 2012 comparados com 2011, em números absolutos.

ACIDENTES			FERIDOS			MORTOS		
2011	2012	%	2011	2012	%	2011	2012	%
3957	4090	3,36	2503	2724	8,83	182	219	20,33

Fonte: SIGER/DPRF

Verifica-se um aumento no número absoluto de acidentes, em contrapartida, estes números são inferiores ao percentual do aumento da frota. . Apesar da Instituição não ter total gerência sobre esses índices, vez que estes estão diretamente ligados a educação para o trânsito inerente ao comportamento dos motoristas, motociclistas, ciclistas e pedestres e ainda, a necessidade de investimentos na infraestrutura viária que se adeque ao crescimento da frota e aumento dos aglomerados urbanos, a redução da morbimortalidade no trânsito é objetivo permanente da 14ªSRPRF.

A principal ferramenta a disposição da PRF para tal fim é o poder de polícia para fiscalizar e a integração com os demais órgão integrantes do Sistema Nacional de Trânsito. Tendo isso sidoutilizado no período, apesar da presença de um elemento extremamente dificultador - a carência de efetivo.

A fim de suplantar essa carência de força de trabalho, a principal estratégia foi eleger prioridades, definido e atacando os fatores críticos de acidentes. Entre eles se destacam o excesso de velocidade, as ultrapassagens indevidas, o transporte de passageiros e a condução de motocicletas, ciclomotores e motonetas. Tanto no total de autos de infração válidos (julgados subsistentes) e as infrações citadas tiveram aumento em seus registros.

	2011	2012	Δ%
Autos de infração válidos	59.494	79.650	33,88%
Excesso de velocidade	27.402	40.701	48,79%
Ultrapassagens indevidas	6.068	8.411	38,61%
Não uso do cinto de segurança	3.486	5851	67,84%
Consumo de bebidas alcoólicas	1.187	2.504	110,95

Fonte: SIGER/DPRF

A direção sob influência de álcool, embora também seja um fator crítico de acidente, não tem se destacado nas estatísticas da Regional como causa primeira de sinistros. Sua influência é mais dominante nos perímetros urbanos. Mesmo assim foi oferecida dura fiscalização com a realização de mais de dezesseis mil testes com etilômetros, lavratura de 2.504 (dois mil quinhentos e quatro) e a prisão de 466 (quatrocentos e sessenta e seis) indivíduos.

Ainda no campo mobilidade, outros serviços foram realizados com vista à sua fluidez e segurança. Vale lembrar também que cada acidente registrado é um atendimento efetuado, tanto quanto ao levantamento do local de acidente como elaboração e disponibilização do Boletim de Acidente de Trânsito aos interessados.

SERVIÇOS DE SEGURANÇA, ORDENAMENTO E EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO			
Veículos retidos/removidos	2.699	Animais recolhidos	1.427
Documentos	7.599	Escolta/batedor	126

recolhidos			
CNH recolhidas	1.548	Auxílios a usuários	2.140
Pessoas alcançadas diretamente com palestras de educação para o trânsito			17.920*

Fonte: ROD ON LINE 2012.

*Fonte: Relatório da Comissão Regional de Educação para o trânsito

Os números vinculados aos esforços para a segurança do trânsito poderiam melhorar com a disponibilidade de instrumentos de fiscalização mais modernos, tais como radares fotográficos. Medidores de transmitância luminosa, opacímetro (medidor de emissão de fumaça), câmeras de monitoramento de trânsito, entre outros.

APREENSÕES			
DROGA	QTD	CONTRABANDO/DESCAMINHO	QTD
Anfetamina (un)	04	Medicamentos (un)	3.470
Cocaína (kg)	1,150	Eletrônicos (un)	566
Maconha (kg)	92,18	Cigarro (un)	31.980
Crack (g)	29,115	Outros itens (un)	128.781
PRISÕES: 692			
Mandado	30	Crimes de Trânsito	518
Tráfico de drogas	17	Crimes ambientais	32*
Roubo/furto veículos	28	Outros	67
MENOR INFRATOR: 121			
Criança encaminhada	22	Adolescente apreendido	29

Fonte: ROD ON LINE 2012.

*Na área ambiental também foram apreendidos 115 m³ de carvão, 264 animais silvestres, 831 Kg de pescados, 19.000Kg de transporte irregular de substâncias tóxicas, entre outros.

Em suma, o enfrentamento a criminalidade foi observado diuturnamente. O valor de ação criminosa enfrentada é imensurável com relação às vidas humanas protegidas.

Entretanto, alguns gargalos na área meio, impactaram negativamente a atividade finalística, os quais não foram resolvidos a contento no exercício relatado e demandará correção em 2013. Principalmente: a Regional ainda não concluiu o projeto executivo para reforma e ampliação dos Postos e Delegacias; essas estruturas físicas carecem de atualização a fim de permitir melhores condições de trabalho e acolhimento ao usuário dos serviços do órgão.

A pouca qualidade dos serviços de Tecnologia de Informação e Comunicação – TIC também tem prejudicado o bom andamento do serviço. A modernização dessa área é tocada pelo órgão central. Pelo menos no que tange a comunicação via rádio haverá a implantação nos exercícios de 2013 e 2014 do Projeto LANDEL, o qual visa substituir a atual tecnologia analógica por rádios digitais em toda a Regional. Mas, por enquanto, há esforço da área de TIC da Superintendência em manter os serviços em nível ao menos razoável.

A dificuldade de efetivo é outra carência que urge ser suplantada. Estudos estão sendo realizados pela Regional, e hoje levantamos a necessidade de incremento de efetivo de, pelo menos, 100 (cem) policiais. Entretanto, a abertura de concurso público está além da competência da Instituição. Todos os acionamentos devidos foram efetuados pela Direção-Geral junto aos órgãos superiores no sentido de obter autorização para tal fim.

A Regional também apresenta necessidade de manter em todas as suas Unidades o serviço de vigilância armada (guarda patrimonial), de modo a não prender o policial à área do Posto, figurando apenas com um zelador dos bens ali depositados. O orçamento disponibilizado no exercício não permitiu atender aos Postos.

Retornando ao efetivo, se há carência dele na estrada, também há na área meio, pois os cargos do quadro de apoio são insuficientes diante da demanda administrativa. Ressalta-se que esse gargalo é suprido por policiais rodoviários federais, bem como por servidores terceirizados, sem os quais haveria a paralisação da atividade meio.

Ante ao exposto neste tópico, depreende-se que apesar da carência de efetivos e meios os resultados institucionais foram satisfatórios. Entretanto, para a continuidade da prestação de bons serviços a sociedade e o alcance das metas institucionais essas lacunas necessitam ser superadas.

Identificação da Ação						
Código	2816					
Descrição	SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					
Iniciativa	03DW - Aprimorar as ações de investigação e operações de inteligência policial					
Unidade Responsável	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.500.000,00	1.800.000,00	20.236,56	20.236,56	0	0	20.236,56
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Operação realizada	Unidade	24	38	20.236,56	20.236,56

Análise Crítica:

A principal finalidade da área de Inteligência de qualquer órgão é a produção de conhecimento para assessoramento de suas instâncias superiores na tomada de decisão. A Polícia Rodoviária Federal no Estado da Paraíba, por possuir um Núcleo de Inteligência, também se utiliza de tal ferramenta para incrementar ações, em especial aquelas ligadas ao combate à criminalidade. No tocante à ação finalística da 14ª SRPRF/PB, a atividade de Inteligência, com a utilização dos recursos disponibilizados para sua operacionalização, repercutiu diretamente os seguintes resultados:

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Pessoa presa	79
Veículos recuperados (apreendidos)	28
Droga apreendida	39 (kg)
Arma apreendida	8
Munição apreendida	61
Máquina de jogo de azar (bingo) apreendidas	68
Certificado Registro Licenciamento Veículo (roubado) apreendido	91
Combustível apreendido	4000 (l)

Cartão de crédito “clonado” apreendido	84
Documento falsificado apreendido	30

Identificação da Ação						
Código	8623					
Descrição	REFORMA E MODERNIZAÇÃO DE BASES OPERACIONAIS E UNIDADES DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					
Iniciativa	03E1 - Provimento de infraestrutura adequada para os órgãos policiais da União e promoção da atualização tecnológica, aparelhamento e manutenção das soluções implementadas					
Unidade Responsável	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
23.250.000,00	14.311.000,00	162.274,98	0	0	162.274,98	0
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Unidade reformada/modernizada	Unidade	Prejudicado	Prejudicado	162.274,98	0

Nota: os valores descentralizados encontram-se inscritos em restos à pagar para efetivo pagamento no exercício de 2013.

Análise Crítica:

Fonte: CGPLAM

A execução desta ação ficou abaixo das metas, realizado na ação nacional um total de 77% do que era previsto para executarmos, mas ainda assim nosso orçamento empenhado chegou muito perto da dotação final sendo a diferença entre ambas de R\$ 1.081.688,00.

As equipes da CGPLAM estavam, durante o ano de 2012, em formação ou em transformação. Muitos servidores saíram das áreas desta coordenação e a continuidade dos serviços sofreu com rupturas e quebras de continuidade. Até que as áreas se estabilizassem com os novos servidores que deveriam pegar o serviço para dar continuidade aos mesmos algum tempo se perdeu.

Somadas as dificuldades das equipes da CGPLAM temos as dificuldades das equipes nas regionais que precisam disponibilizar equipes de pessoal para participar ativamente do processo de levantamento de necessidades de suas regionais, estabelecimento de objetivos a serem alcançados, elaboração de projetos executivos e de termos de referência e a abertura dos processos administrativos que possam dar início as licitações de contratações de projetos e das obras propriamente ditas.

Muitos dos policiais designados nas regionais como AIP – Agentes de Infra-Estrutura não possuem esta designação como única atividade a ser desempenhada por eles, sendo muito mais uma atividade realizada por dedicação pessoal dos designados do que por imposição normativa do Departamento.

Isto cria nas regionais uma falta de continuidade nos trabalhos e uma relativa falta de participação dos estados, com algumas exceções.

Acreditamos que se as regionais possuíssem equipes específicas responsáveis por desenvolver e levantar as necessidades de infraestrutura de cada regional, teríamos projetos e licitações realizadas prontas apenas aguardando as liberações orçamentárias e financeiras que podem ocorrer ao final de cada exercício, como foi o caso do ano de 2012.

A meta para o ano de 2012 não foi superada, mas cremos que, conforme já explicitado anteriormente, o quadro das regionais precisa ser reforçado e os servidores nomeados como Agentes de Infraestrutura das regionais precisam de maior motivação e dedicação para realizar o trabalho de levantamento de necessidades e demais passos necessários para a realização das obras.

Em virtude de a grande maioria das licitações fechadas durante o exercício terem sido realizadas no final do ano, praticamente 95% do valor empenhado ficou para restos a pagar em 2013.

Identificação da Ação						
Código	8698					
Descrição	MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO					
Iniciativa	03E1 - Provimento de infraestrutura adequada para os órgãos policiais da União e promoção da atualização tecnológica, aparelhamento e manutenção das soluções implementadas					
Unidade Responsável	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
35.720.000,00	44.530.666,00	851.018,04	671.464,17	0	179.553,87	671.464,17
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Sistema mantenido	Percentual de manutenção	Prejudicado	80%	851.018,04	671.464,17

Análise Crítica:

Quanto à manutenção dos sistemas de informação, 80% foram mantidos e modernizados através da administração, através da Coordenação Geral de Planejamento e Modernização do DPRF, de contratos de assessoria técnica, de desenvolvimento de aplicações, de teste e qualidade e de administração de dados, bem como pela definição de um processo de desenvolvimento de software eficiente, propiciando o efetivo funcionamento, sem interrupções dos sistemas a fim de proporcionar à sociedade e ao efetivo da Polícia Rodoviária Federal o acesso contínuo e otimizado aos serviços e informações sobre rodovias, multas, servidores, por meio da internet, correio eletrônico e outros meios disponíveis.

Suprindo a necessidade de otimização da infraestrutura de TI, da 14ª SRPRF/PB, foram executadas as seguintes ações:

- Contratação de Prestadora para serviços de Telefonia de Longa Distância (Móvel);
- Prorrogação de Contrato de Prestadora para serviços de Telefonia de Longa Distância (Fixa);
- Prorrogação de Contrato de Prestadora de Telefonia Fixa Local (Tronco E1 da SEDE);
- Contratação de Prestadora de serviço de Conectividade de dados para minimodens e dados e voz para EDAs;
- Prorrogação de Contrato de Prestadora de serviço de conectividade de dados para Postos e Delegacias (MPLS);
- Prorrogação de Contrato de Prestadora de serviço de conectividade de dados multimídia para Postos e Delegacias;

- Prorrogação de Contrato de Prestadora de serviço de mão de obra para Operação e Monitoração de Computadores;
- Contratação de Prestadora para prestação de serviços de Telefonia Móvel para chefes das unidades administrativas;
- Aquisição de no-breaks para Estações de trabalho para unidades administrativas e operacionais;
- Aquisição de no-break de 10KVa para o CPD no Núcleo de Telemática;
- Aquisição de monitores; Aquisição de duas unidades conversoras de mídias de fibra ótica;
- Aquisição de três servidores HP para o CPD para adequação da estrutura de rede de dados e de sistemas da Regional;
- Aquisição de canetas tipo touthpen para utilização nos EDAs que funcionam como Talões Eletrônicos de notificação de trânsito.

Todas estas ações foram realizadas com o objetivo maior de tornar a comunicação e o trabalho desenvolvido por nossos policiais mais célere e eficiente junto à sociedade.

Identificação da Ação						
Código	86A1					
Descrição	PROCESSAMENTO E ARRECADAÇÃO DE MULTAS APLICADAS PELA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					
Iniciativa	03EH - Fortalecimento da capacidade de enfrentamento à violência no trânsito, no âmbito das rodovias federais, por meio do aprimoramento das ações de fiscalização e educação para o trânsito, envolvendo o cidadão e outras organizações da sociedade civil, visando à mudança de comportamento em busca de um trânsito mais seguro					
Unidade Responsável	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
70.000.000,00	69.980.000,00	4.540,86	4.540,86	0	0	4.540,86
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Multa processada	Unidade	Prejudicado	Prejudicado	4.540,86	4.540,86

Análise Crítica:

A análise do quantitativo de multas processadas fica à cargo da Unidade Central da PRF, que seja o Departamento de Polícia Rodoviária Federal (UG 200109), que concentra todos os dados referentes às metas e ao seu processamento, sendo a 14ª SRPRF/PB apenas executora das ações de fiscalização de trânsito no âmbito do Estado da Paraíba.

Identificação da Ação						
Código	14M3					
Descrição	AÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA, A CARGO DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL, NA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – CONFERÊNCIA RIO+20					
Iniciativa	Não se aplica					
Unidade Responsável	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
0,00	23.000.000,00	173.131,77	173.131,77	0	0	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Evento Apoiado	unidade	01	01	173.131,77	173.131,77

Análise Crítica:

Fonte: CGO/DPRF

A operação Rio+20 foi realizada no mês de junho de 2012, data do evento internacional relacionado ao meio ambiente denominado Rio + 20, com a presença de diversos chefes de estado. Todos os órgãos de segurança em nível federal, estadual e municipal foram acionados para dar cobertura ao evento.

A PRF atuou com profissionalismo na escolta das autoridades e fiscalização das portas de entrada da cidade do Rio de Janeiro e arredores, antes durante e depois do evento. Para a operação Rio + 20 foram mobilizados 829 PRF's, retirados de diversos estados da federação.

Neste contexto coube à 14ª SRPRF/PB atuar de forma subsidiária, fornecendo pessoal e apoio logístico para a realização do referido evento.

Identificação da Ação						
Código	86A1					
Descrição	PROCESSAMENTO E ARRECADACAO DE MULTAS APLICADAS PELA POLICIA RODOVIARIA FEDERAL					
Iniciativa	NÃO SE APLICA					
Unidade Responsável	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
0,00	0,00	4.540,86	4.540,86	0	0	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Nota: Reinscrição de restos a pagar relativa ao programa 0663 – Segurança Pública nas Rodovias Federais (PPA 2008 – 2011).

4.1.5. Informações Sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

Não se aplica.

4.1.6. Informações Sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços de Responsabilidade da UJ

Quadro VII – Ações Vinculadas a Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação							
Código	0181						
Descrição	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - SERVIDORES CIVIS						
Unidade Responsável	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ						
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ						
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
831.993.000,00	872.493.000,00	49.701,72	49.701,72	0	0	49.701,72	
Metas do Exercício Para a Ação							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
	Não se aplica					49.701,72	49.701,72

Análise crítica:

A totalidade dos recursos oriundos da presente Ação Orçamentária foi utilizada para o custeio do pagamento de auxílio-funeral devidos às famílias dos servidores aposentados que faleceram no exercício de 2012.

Identificação da Ação							
Código	2000						
Descrição	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE						
Unidade Responsável	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ						
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ						
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
82.749.000,0	97.222.000,00	3.016.796,63	2.911.017,73	0	105.778,90	2.911.017,73	
Metas do Exercício Para a Ação							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
	Não se aplica					3.016.796,63	2.911.017,73

Análise crítica:

Apesar do relativo alto volume de recursos destinados a ação acima especificada, esta se destina quase que exclusivamente à manutenção da área meio e suporte da área fim, cabendo ressaltar que os valores designados no exercício de 2012 foram apenas suficientes para a manutenção do atual nível de funcionamento, não havendo como modernizar ou implementar novas ações ou serviços.

4.2. Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa

4.2.1. Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

Quadro VIII – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Departamento de Polícia Rodoviária Federal – DPRF/MJ	30107	200109

4.2.2. Programação de Despesas

Como a 14ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal não é unidade orçamentária os itens **4.2.2.1. Programação de Despesas Correntes**, **4.2.2.2. Programação de Despesas de Capital** e **4.2.2.3. Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência** não se aplicam.

4.2.3. Movimentação de Créditos Interna e Externa

Quadro IX – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Interna	Concedidos						
	Recebidos	200109	30107.09.272.0089.0181	49.701,72			
			26290.12.368.2030.20RM			347,75	
			30107.06.122.2112.2000			2.993.656,96	
			30107.06.128.2070.2524			185.676,05	
			30107.06.181.0663.14M3			173.131,77	
			30107.06.181.2070.20IC			92.488,22	
			30107.06.181.2070.2723			1.506.325,98	
			30107.06.181.2070.86A1			4.585,28	
			30107.06.181.2070.8623			162.274,98	
			30107.06.181.2070.8698			797.170,44	
30107.06.183.2070.2816			20.236,56				
39250.26.125.2075.2346				101.643,90			
Externa	Concedidos						
	Recebidos						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
		Concedente/Recebedora			4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Interna	Concedidos						
	Recebidos	200109	30107.06.122.2112.2000	26.027,50			
			30107.06.181.2070.200C	166.020,00			
			30107.06.181.2070.8698	53.847,60			
Externa	Concedidos						
	Recebidos						

Fonte: SIAFI

4.2.4. Execução Orçamentária da Despesa

Como a 14ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal não é unidade orçamentária os subitens **4.2.4.1. Execução da Despesa Com Créditos Originários**, **4.2.4.1.1. Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários** e **4.2.4.1.2. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários**.

4.2.4.1. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação**4.2.4.1.1. Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação**

Quadro X – Despesas por Modalidade de Licitação – Créditos de Movimentação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	3.539.042,48	4.331.512,41	2.695.810,46	2.813.170,36
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
c) Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
d) Pregão	3.539.042,48	4.331.512,41	2.695.810,46	2.813.170,36
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (g+h)	1.006.910,97	1.094.347,86	931.519,90	1.003.498,15
g) Dispensa	905.281,80	969.890,97	865.025,34	894.225,48
h) Inexigibilidade	101.629,17	124.456,89	66.494,56	109.272,67
3. Regime de Execução Especial	33.835,92	3.237,51	33.835,92	3.237,51
i) Suprimento de Fundos	33.835,92	3.237,51	33.835,92	3.237,51
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	1.494.617,64	631.061,95	1.493.706,58	631.061,95
j) Pagamento em Folha	49.701,72	42176,56	49.701,72	42176,56
k) Diárias	1.444.915,92	588.885,39	1.444.004,86	588.885,39
5. Outros	255.331,01	253.570,70	227.515,61	231.361,97
6. Total (1+2+3+4+5)	6.329.738,02	6.310.492,92	5.382.388,47	4.682.329,94

Fonte: SIAFI

4.2.4.1.2 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesas – Créditos de Movimentação

Quadro XI – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Crédito de Movimentação

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1 – Despesas de Pessoal	49.701,72	42.176,56	49.701,72	42.176,56	0	0	49.701,72	42.176,56
319008 - OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	49.701,72	42.176,56	49.701,72	42.176,56	0	0	49.701,72	42.176,56
3 – Outras Despesas Correntes	6.034.141,20	5.653.768,07	5.307.038,31	4.618.980,87	727.102,89	87.841,36	5.306.127,25	4.618.980,87
339039 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	1.981.968,81	1.977.100,50	1.640.174,20	1.508.938,57	341.794,61	2.147,28	1.640.174,20	1.508.938,57
339014 - DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	1.444.915,92	588.885,39	1.444.915,92	588.885,39	0	0	1.444.004,86	588.885,39
339030 - Material de consumo	1.064.288,72	1.405.534,36	745.667,88	870.324,44	318.620,84	15.701,58	745.667,88	870.324,44
339037 - LOCAÇÃO DE MAO-DE-OBRA	1.139.667,82	980.258,03	1.102.371,67	962.113,67	37.296,15	69.992,50	1.102.371,67	962.113,67
Demais elementos do grupo	403.299,93	701.989,79	373.908,64	688.718,80	29.391,29	0	373.908,64	688.718,80
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4 – Investimentos	245.895,10	617.785,80	26.559,50	21.172,51	219.335,60	346.185,00	26.559,50	21.172,51
449052 - EQUIPAMENTO S E MATERIAL PERMANENTE	237.707,10	617.785,80	26.559,50	21.172,51	211.147,60	346.185,00	26.559,50	21.172,51
449039 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS- PJ	8.188,00	0	0	0	8.188,00	0	0	0

4.2.4.1.3. Análise Crítica

A concessão inicial de limite de movimentação e empenho no valor de R\$ 276,3 milhões, sendo R\$ 90 milhões para as ações consideradas prioritárias (ENAFRON e Rio +20) e R\$ 186,3 milhões para as demais ações, resultou num contingenciamento de R\$ 137,6 milhões (custeio e investimento) dos

créditos alocados na LOA/2012, o que prejudicou a execução orçamentária e consequentemente o atendimento das demandas, em especial as de investimento.

No decorrer do exercício, o MJ ampliou gradualmente o limite da PRF, permitindo assim a utilização parcial da dotação autorizada (dotação inicial + créditos adicionais). A PRF tem como diretriz a centralização de compras para as grandes aquisições (Unidades Centralizadoras de Compras). Contudo, a realização do planejamento fica comprometida em razão das incertezas quanto à liberação dos créditos orçamentários.

A priorização do limite de movimentação e empenho por parte do Ministério da Justiça – MJ, na execução dos projetos prioritários (ENAFRON e Grandes Eventos), dificultou o atendimento das despesas de garantia de funcionamento e manutenção da unidade, bem como a utilização plena da dotação prevista na LOA e créditos adicionais, comprometendo a realização de investimentos nas Superintendências que não são contempladas com tais projetos (estados que não possuem fronteiras e não são cidades-sedes da Copa do Mundo).

Devido à insuficiência de dotação inicial, o DPRF/MJ depende da concessão de créditos adicionais para cobrir as despesas de garantia de funcionamento, modernização e reaparelhamento. No entanto, os citados créditos são bloqueados no momento da concessão, prejudicando o atendimento pleno dessas despesas e os resultados operacionais.

Considerando o limite final disponibilizado pelo MJ no valor de 439,5 milhões, a dotação autorizada no valor de R\$ 491,4 milhões (sem benefícios, pensões indenizatórias e o crédito extraordinário da Medida Provisória 598 de 27/12/2012), o contingenciamento de recursos imposto à PRF foi de R\$ 51,9 milhões, o que prejudicou a realização de investimentos, principalmente os vinculados às emendas parlamentares.

Com base na despesa empenhada (R\$ 423,7 milhões) e nas descentralizações externas no total de 12,8 milhões (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT/MT e Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT/MT), a PRF utilizou **99,34%** do limite orçamentário disponibilizado pelo Ministério da Justiça – MJ.

Considerando os destaques recebidos de outros órgãos, a execução orçamentária no exercício (sem os benefícios e pensões indenizatórias) foi R\$ 434,7 milhões, resultando num aumento de 13,5% em comparação com a execução do exercício anterior, que foi de 383 milhões.

5. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

5.1. Reconhecimento de Passivos

5.1.1. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Não há passivos por insuficiência de créditos ou recursos na UG:200122/00001 no exercício de 2012.

5.2. Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

5.2.1. Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro XII – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	0	0	0	0
2010	0	0	0	0
2009	0	0	0	0
2008	3.409,58	0	0	3.409,58
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	1.631.400,49	348.505,30	1.170.250,43	112.644,76
2010	434.026,36	22.348,86	341.685,00	69.992,50

5.2.2. Análise Crítica

Os restos a pagar processados de 2008 que foram inscritos são pagamentos onde não houve possibilidade de conclusão dentro do mesmo exercício e, no exercício seguinte, não se conseguiu efetuar o cancelamento dos mesmos no SIAFI, mesmo após ter-se entrado em contato com a Setorial Contábil do Ministério da Justiça para resolver.

De uma maneira geral, os saldos de restos à pagar são relativamente pequenos e o seu pagamento será executado tão logo o objeto de sua inscrição seja entregue, não representando maiores problemas ou ameaças ao bom desempenho da Administração.

5.3. Suprimento de Fundos

5.3.1. Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos

O subitem 5.4.1.2 (Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”) não se aplica a esta 14ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal, haja vista que o aludido mecanismo

não é utilizado por esta Administração para a realização de despesas por meio de Suprimento de Fundos.

5.3.1.1. Suprimento de Fundos – Visão Geral

Quadro XIII – Despesas Realizadas por Meio de Suprimento de Fundos

Suprimento de Fundos				
Código da UG	Nome da UG	Valores		Total Geral
		CPGF		
		Saque	Fatura	
200122	14A.SUPERINTEND.DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL	8.165,80	22.389,28	30.555,08
Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF		8.165,80	22.389,28	30.555,08

5.3.1.2 – Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo

(CPGF)

Quadro XIV – Despesa com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

200122	14A.SUPERINTEND.DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL	Limite de Utilização da UG			
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
JOSE PEREIRA DANTAS	44139004487		1.525,80	2.010,30	3.536,10
JOSE ROBSON DE SOUSA JORGE	52888924404		2.450,00	7.287,40	9.737,40
JOAO FERNANDES DE ARAUJO NETO	78851149453		540,00	4.919,88	5.459,88
ESAU BONIFACIO ALVES JUNIOR	80655297472		1.440,00	3.997,13	5.437,13
HERALDO MACIEL DOS SANTOS	97773646449		2.210,00	4.174,57	6.384,57
Total Utilizado pela UG			8.255,8	22.389,28	30.555,08

5.3.1.3. Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão de Crédito Corporativo pela UJ

Quadro XV – Despesas Realizadas por Meio da Conta Tipo “B” e por Meio da Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b)
2012	21	8.165,80	20	22.389,28	30.555,08
2011	1	30,00	12	3.207,47	3.237,47
2010	6	2.050,00	27	8.298,99	10.348,99

5.3.1.4. Prestação de Contas de Suprimento de Fundos

Quadro XVI – Prestações de Conta de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)

Suprimento de Fundos						
Situação	CPGF					
	2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas		30.555,08	13	3.237,47	33	10.348,99

5.3.1.5. Análise Crítica

O volume de recursos executados através desta modalidade, no âmbito da 14ª SRPRF/PB, é muito pequeno, não tendo maior relevância perante a totalidade dos recursos destinados ao funcionamento da UJ.

Cabe ressaltar que o uso de suprimento de fundos torna-se uma ferramenta necessária àquelas atividades em que sua continuidade venha a afetar direta e decisivamente a sociedade, como é o caso da segurança pública, portanto não havendo como abolir o seu uso. Contudo o controle interno exercido sobre este tipo de modalidade é bastante razoável, frente ao volume de recursos que são executados.

6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

6.1. Composição do Quadro de Servidores Ativos

6.1.1. Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

Quadro XVII – Força de Trabalho da UJ – Situação Apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2012	Egressos em 2012
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo	358	281	15	5
1.1 Membros de poder e agentes políticos				
1.2 Servidores de Carreira	358	281		
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	358	279		
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	2	2		
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório				
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas				
1.3 Servidores com Contratos Temporários				
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	3	3		
1.4.1 Cedidos	2	2		
1.4.2 Removidos			15	5
1.4.3 Licença remunerada	1	1		
1.4.4 Licença não remunerada				
2 Provimento de cargo em comissão	1	1		
2.1 Cargos Natureza Especial				
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	1	1		
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	1	1		
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas				
2.2.4 Sem vínculo				
2.2.5 Aposentado				
2.3 Funções gratificadas	24	24		
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	24	24		
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas				
3 Total	358	281	15	5

O quantitativo de pessoas autorizadas está muito aquém do quantitativo efetivo. Houve a formação de 1500 (mil e quinhentos) novos policiais no exercício de 2012, no entanto o estado da Paraíba, só foi contemplado com 7 (sete) novos policiais e mais alguns removidos, totalizando apenas um incremento de 15 (quinze) policiais ao efetivo desta unidade regional. Ademais, tivemos a saída de 5 (cinco) servidores policiais para outras unidades da federação, portanto, ficando um saldo positivo de apenas 10 (dez) servidores.

6.1.1.1. Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

Quadro XVIII – Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	2
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	
1.2. Exercício de Função de Confiança	2
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	
a) Para Exercício de Mandato Eletivo	
a) Para Estudo ou Missão no Exterior	
a) Para Serviço em Organismo Internacional	
a) Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	5
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	1
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	4
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	1
4.1. Doença em Pessoa da Família	
4.2. Capacitação	1
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	
5.2. Serviço Militar	
5.3. Atividade Política	
5.4. Interesses Particulares	
5.5. Mandato Classista	
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	

Fonte: Seção de Recursos Humanos

6.1.2. Qualificação da Força de Trabalho

Quadro XIX – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ - Situação em 31/12

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	1	1		
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	1		
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	1	1		
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas				
1.2.4. Sem Vínculo				
1.2.5. Aposentados				
2. Funções Gratificadas	24	24		
5.3. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	24	24		
5.4. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				

2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas				
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	25	25		

Fonte: Seção de Recursos Humanos

6.1.2.1. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Segundo a Idade

Quadro XX – Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária – Situação Apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provimento de cargo efetivo	9	85	132	48	5
1.1. Membros de poder e agentes políticos					
1.2. Servidores de Carreira	9	85	132	48	5
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença			2	1	
2. Provimento de cargo em comissão		1	1		
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior		1	1		
2.3. Funções gratificadas		5	15	3	1

O quadro acima nos apresenta um significativo aumento da média etária dos servidores desta unidade regional, nos dando conta de que há grande necessidade de recomposição dos quadros, uma vez que com o aumento etário, aproxima-se também a idade de aposentação destes servidores.

6.1.2.2. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Segundo a Escolaridade

Quadro XXI – Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade – Situação Apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo				1	88	182	9	1	
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira				1	88	182	9	1	
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença						2	1		
2. Provimento de cargo em comissão							1		
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior							1		
2.3. Funções gratificadas					4	16	4		

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Este quadro acima nos deixa num patamar bastante confortável quanto a qualificação de nossos servidores. Pois houve significativo aumento na escolaridade de nosso efetivo, isto ainda sem considerar o ingresso dos novos servidores, para cujo ingresso foi exigido o diploma superior,

ou seja, este aumento se deu apenas por conta da busca pela qualificação profissional de cada um e com o incentivo institucional quanto aos cursos de pós-graduação.

6.1.3. Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro XXII – Quadro de Custos de Pessoal no Exercício de Referência e dos Dois Anteriores

Tipologias/ Exercícios	Vencimen- tos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribui- ções	Gratifica- ções	Adicio- nais	Indeniza- ções	Benefícios Assistenciais e previden- ciários	Demais despes- as variá- veis	
Membros de poder e agentes políticos								
2010								
2011								
2012								
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2010	32.083.969,69	111.207,70	2.362.144,89	896.236,09		167.656,31	7.722,36	32.091.692,05
2011	32.940.980,49	111.511,42	2.771.356,79	835.301,34		67.254,00	11.026,36	32.952.007,05
2012	33.477.133,83	110.480,46	3.690.184,03	877.586,05		61.900,00	13.498,93	33.490.632,76
Servidores com Contratos Temporários								
2010								
2011								
2012								
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2010	66.199,59		8.330,71	2.776,90				77.307,20
2011	172.526,75		22.494,61	4.004,45		1.416,77		200.442,58
2012	159.767,42		13.023,91	4.185,25		4.057,00		181.033,58
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2010								
2011								
2012								
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2010								
2011								
2012								
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2010								
2011								
2012								

6.1.4. Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

6.1.4.1. Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

Quadro XXIII – Composição do Quadro de Servidores Inativos – Situação Apurada em 31/12

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2012
1 Integral	149	
1.1 Voluntária	140	
1.2 Compulsório	3	
1.3 Invalidez Permanente	5	
1.4 Outras		
2 Proporcional	4	
2.1 Voluntária		
2.2 Compulsório		
2.3 Invalidez Permanente	4	
2.4 Outras		

O quadro acima apresenta o quantitativo de servidores aposentados desta unidade regional, demonstrando que não houve aposentações no exercício de 2012. Esta situação é totalmente atípica e deve sofrer alterações significativas, sobretudo no exercício de 2014, quando há previsão de um acréscimo nas aposentadorias em virtude do aniversário de 20 anos de atividade policial dos servidores que ingressaram em 1994, completando assim o pré-requisito mínimo para concessão de aposentadoria aos que já tinham tempo de serviço anterior ao ingresso na Polícia Rodoviária Federal.

6.1.4.2. Demonstração das Origens das Pensões Pagas Pela Unidade Jurisdicionada

Quadro XXIV – Insituídos de Pensão – Situação Apurada em 31/12

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2012
1. Integral	31	
2. Proporcional	62	7

Este quadro foi incrementado por conta do falecimento de servidores já aposentados, no entanto observamos não tratar-se de pessoas com idade avançada, ou seja, tiveram suas vidas abreviadas em virtudes de doenças decorrentes de moléstias profissionais e do próprio desgaste físico ocasionado pela atividade policial.

6.1.5. Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Não houve.

6.1.6. Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Não se aplica.

6.1.7. Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação**6.1.7.1. Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC**

Não se aplica, pois a responsabilidade pela comunicação é a unidade central da Polícia Rodoviária Federal, que seja o Departamento de Polícia Rodoviária Federal (UG 20109).

6.1.7.2. Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico

Não se aplica, pois a responsabilidade pela comunicação é a unidade central da Polícia Rodoviária Federal, que seja o Departamento de Polícia Rodoviária Federal (UG 20109).

6.1.7.3. Informação da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos

Não se aplica, pois a responsabilidade pela comunicação é a unidade central da Polícia Rodoviária Federal, que seja o Departamento de Polícia Rodoviária Federal (UG 20109).

6.1.8. Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Algumas informações relativas a indicadores gerenciais sobre recursos humanos são alimentadas pela Unidade Jurisdicionada. O quadro a seguir apresenta em termos numéricos a quantidade de servidores afastados em períodos diversos durante o exercício de 2012. É importante salientar que este quantitativo refere-se ao total do exercício, não significando que estavam afastados durante todo o ano, ou seja, alguns servidores tiveram apenas um ou poucos dias de afastamento, outros tiveram alguns meses, mas os índices, foram apresentados sobre todos os afastamentos do exercício.

Absenteísmo

Quantidade de servidores com afastamentos	154
Quantidade em dias de afastamentos	5141
Média dias/servidor afastado	33,33
Índice anual geral de absenteísmo	8,33%

Fonte: Seção de Recursos Humanos

Em que pese ter havido um aumento do número de servidores afastados e quantidade de dias de afastamentos, houve uma redução na médias de dias por servidor afastado e o índice geral de absenteísmo também diminuiu. No entanto isto não significa que houve melhora no quadro de qualidade de vida dos servidores, pois ainda não havia nenhum incentivo na prática de qualidade de vida no trabalho por parte do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

Acidentes de trabalho e doenças ocupacionais

Quantidade de servidores acidentados	0
Efetivo médio em 2011	281
Percentual de servidores acidentados	0,0%
Total de dias de afastamento de acidentados em 2012	0

Fonte: Seção de Recursos Humanos

Não foram registrados nenhum acidente de trabalho em 2012.

Rotatividade (*turnover*) - 2012

Servidores admitidos	4
Servidores exonerados	0
Servidores demitidos	0
Servidores aposentados	0
Servidores falecidos	0

Fonte: Seção de Recursos Humanos

Houve a admissão de 4 servidores oriundos do concurso público que foi concluído em 2012.

Desempenho funcional

Servidores Avaliados	Progressão automática (Exercício de Função ou progressão vertical)	Progressão (Conceito 1) – interstício 01 ano	Progressão (Conceito 2) – interstício 01 e 6 meses	Sem progressão em virtude de suspensão disciplinar
103	49	49	04	0

Fonte: Seção de Recursos Humanos

Demandas trabalhistas

Demandas trabalhistas da UJ em 2012	21
-------------------------------------	----

Fonte: Seção de Recursos Humanos

Análise crítica: Como as atividades da área fim são prioritárias na Unidade Jurisdicionada, e ainda assim, não se tem um quadro efetivo suficiente, as atividades da área meio ficam comprometidas pela insuficiência de pessoal, não apenas numericamente, mas também com a devida capacitação para execução e desempenho dos trabalhos, o que compromete a gestão dos recursos humanos da referida unidade.

6.2. Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

6.2.1. Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividade do Plano de Cargos do Órgão

Não aplicável à unidade.

6.2.2. Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público

Não houve.

6.2.3. Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

Não houve, lembrando que as autorizações para realização de concursos públicos são solicitadas pelo órgão central da Polícia Rodoviária Federal, que seja o Departamento de Polícia Rodoviária Federal (UG 200109), e quando autorizados são realizados por este.

6.2.4. Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

Quadro XXV – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: 14ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal/PB													
UG/Gestão: 200122/00001							CNPJ: 00.394.494/0117-66						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	001/2009	10.339.944/0001-41	10/02/09	10/02/14	21	21	0	0	0	0	P
2010	V	O	009/2010	02.322.136/0001-43	01/10/11	01/10/13	0	0	19	19	0	0	P
Observação:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

6.2.5. Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Quadro XXVI – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

Unidade Contratante													
Nome: 14ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal/PB													
UG/Gestão: 200122/00001							CNPJ: 00.394.494/0117-66						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	6/11/14	O	010/2009	04.427.309/0001-13	21/10/10	21/10/13	2	2	12	12	0	0	P
2010	4	O	017/2010	10.339.944/0001-41	23/12/10	23/12/13	0	0	1	1	0	0	P
2011	5	O	010/2011	10.339.944/0001-41	29/11/11	28/11/13	0	0	2	2	0	0	P

Observação:

LEGENDA

Área:

1. Conservação e Limpeza;
2. Segurança;
3. Vigilância;
4. Transportes;
5. Informática;
6. Copeiragem;
7. Recepção;
8. Reprografia;
9. Telecomunicações;
10. Manutenção de bens móveis
11. Manutenção de bens imóveis
12. Brigadistas
13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
14. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

6.2.6. Composição do Quadro de Estagiários

Quadro XXVII – Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível Médio					
Área Fim					
Área Meio	14	15	15	15	R\$ 51.872,87

7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

7.1. Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

7.1.1 - Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;

A legislação que regula o uso de veículos oficiais da 14ª SRPRF/PB, são as seguintes:

- Instrução Normativa nº 07, de 08 de dezembro de 2011, da Direção-Geral - DPRF. Disciplina a classificação, a identificação, o controle, o uso e a guarda dos veículos terrestres automotores no âmbito da Polícia Rodoviária Federal e dá outras providências.
- Instrução Normativa nº 03, de 15 de maio de 2008, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG. Dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ;

A missão da Polícia Rodoviária Federal é fiscalizar diariamente as rodovias e estradas federais, zelando pela vida daqueles que utilizam a malha viária federal para exercer o direito constitucional da livre locomoção. As atribuições legais são definidas, principalmente, pelo Código de Trânsito Brasileiro (fiscalização de trânsito) e pelo Decreto 1.655/95 (enfrentamento a criminalidade).

Para o cumprimento de sua missão constitucional de patrulhamento ostensivo dos 70.000 km de rodovias e estradas federais, a Polícia Rodoviária Federal conta com um efetivo 10.366 policiais, alocados em funções gerenciais, administrativas e operacionais, em sua unidade central (Departamento) e em unidades regionais e locais (Superintendências, Distritos, Delegacias e Postos).

Portanto, a viatura mostra-se como uma das principais ferramentas de trabalho do Policial Rodoviário Federal. Dada sua importância, natural que seja grande o seu impacto em toda a estrutura do DPRF, tanto do ponto de vista orçamentário, como gerencial. Isso para que esteja disponível uma frota de veículos bem conservados, com manutenção adequada, que ofereça segurança aos seus usuários. As viaturas a disposição da 14ª SRPRF/PB, realizam, por solicitação, operações em âmbito nacional, assim como apoio a missões regionais.

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos:

Frota Própria da 14ª SRPRF/PB por grupo					
Transporte Institucional	Veículos de Serviços Comuns		Veículos de Serviços Especiais (Segurança Pública)		
	Automóvel	Carga	Automóveis	Motocicletas	Carga
1	6	2	60	21	7
TOTAL	96				

d) Média anual de quilômetros rodados:

Quilmetragem rodada da Frota Própria da 14ª SRPRF/PB em 2012			
	Transporte Institucional	Veículos de Serviços Comuns	Veículos de Serviços Especiais (Segurança Pública)
Total por Grupo	4.172	123.627	1.430.793
Total Kms rodados	1.558.592		
Média Anual por Grupo	4.172	15.453	23.487
Média total	16.235		

e) Idade média da frota, por grupo de veículos:

Idade Média da Frota Própria da 14ª SRPRF/PB por grupo		
Transporte Institucional	Serviços Comuns	Serviços Especiais (Segurança Pública)
2 anos	8 anos	6 anos

f) Custos associados à manutenção da frota :

Custos associados a manutenção (R\$)		
	2011	2012
Manutenção (preventiva e corretiva)	405.844,07	335.246,63
Combustíveis	549.848,34	523.317,48
Taxas (Licenciamento, Seguro Obrigatório etc.)	10.157,33	11.755,95

g) Plano de substituição da frota:

Diversas medidas internas, necessárias a uma adequada recomposição veicular, são adotadas pelas áreas técnicas competentes do Órgão, onde anualmente cerca de 500 veículos são leiloados pelo próprio Órgão, dos quais foram leiloados, em 2012, através de leilão executado pela 15ª SRPRF/RN, seis pertencentes à frota da 14ª SRPRF/PB e a renovação da frota é propiciada pela realização de registro de preços para aquisição anual, embora os limites orçamentários não permitam o cumprimento desse ciclo.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;

O Departamento de Polícia Rodoviária Federal, em conjunto com os gestores nacionais de frota, lançou o compêndio “Consolidação de Critérios Técnicos”, que versa sobre aquisição e distribuição de materiais e contratação de serviços, onde é definida uma vida útil de até 4 (quatro) anos para as viaturas operacionais, devendo haver novo suprimento ao fim desse prazo.

O fator depreciação dos veículos policiais impõe à Administração a necessidade de substituição mínima contínua da frota a cada período anual, sob risco de que sejam incrementados os dispêndios com o sistema de manutenção corretiva, ocasionando mais ônus ao erário.

A aquisição de veículos próprios tem se mostrado mais vantajosa para a Administração em razão de toda a frota ser relativamente pequena e composta de uma diversidade muito grande de tipos de veículos e esta frota encontrar-se muito dispendiosa em suas unidades desconcentradas, acreditando-se que a locação de frota com tamanha diversidade e a ser distribuída nas mais diversas localidades onde a PRF atua.

i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

Como instrumentos de controle os gestores da frota da 14ª SRPRF/PB, contam hoje com o Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos – SIPAC, que entre suas funcionalidades está o módulo Transportes, de onde se realiza toda a gestão/controle da frota de veículos. Registre-se ainda, o Sistema da empresa Ticket Car, que realiza o gerenciamento das operações de consumo de combustíveis.

7.2. Gestão do Patrimônio Imobiliário

7.2.1. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro XXVIII – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	PARAÍBA	13	13
	Bayeux	1	1
	Alhandra	1	1
	Mamanguape	1	1
	Sobrado	1	1
	Campina Grande	3	3
	Queimadas	1	1
	Esperança	1	1
	Patos	1	1
	São Mamede	1	1
	Pombal	1	1
	Cajazeiras	1	1
Total		13	13

Fonte: Seção Administrativa e Financeira

7.2.2. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

Quadro XXIX – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	PARAÍBA	1	1
	João Pessoa	1	1
Total		1	1

Fonte: Seção Administrativa e Financeira

7.2.3. Discriminação dos Bens Imóveis sob a Responsabilidade da UJ

Quadro XXX – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
200122	1937 00010.500-9	4	4	20.139,02	01/12/00	20.139,02		
200122	1975 00284.500-2	21	4	47.477,00	01/12/00	47.477,00	8.221,71	
200122	1981 00046.500-2	21	4	47.477,61	06/12/00	47.477,61	8.221,71	
200122	1981 00047.500-8	21	4	47.477,61	29/11/00	47.477,61	8.221,71	
200122	1981 00050.500-4	13	3	192.691,59	17/08/04	192.691,59		
200122	2079 00043.500-2	21	4	47.477,00	06/12/00	47.477,00	32.891,92	
200122	2117 00012.500-0	13	3	69.037,38	27/09/04	69.037,38		
200122	2125 00013.500-6	21	4	58.081,26	01/12/00	58.081,26	32.891,92	
200122	2131 00004.500-1	21	3	47.477,00	01/12/00	47.477,00	8.221,71	47.174,98
200122	2143 00007.500-1	11	4	40.028,00	01/12/00	40.028,00		
200122	2151 00004.500-6	21	4	47.477,61	06/12/00	47.477,61	8.221,71	
200122	2155 00005.500-4	21	5	47.477,61	06/12/00	47.477,61	8.221,71	
200122	2199 00004.500-0	21	4	40.028,00	01/12/00	40.028,00		
Total							115.114,11	47.174,98

Fonte: SPIUNET/SIAFI

Análise crítica:

Dos bens imóveis de propriedade da União sob responsabilidade da Unidade Jurisdicionada, onze tratam-se de edificações antigas projetadas para uma realidade que não mais existe na Polícia Rodoviária Federal. Portanto, carecem de readequações de suas instalações, aí incluindo estrutura física, elétrica, hidráulica, lógica e acessibilidade. A UJ já contratou empresa especializada na elaboração dos projetos executivos para realização das reformas das suas unidades

operacionais. Encontra-se em elaboração Termo de Referência para contratação de serviços de manutenção predial para suas unidades.

8. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

8.1. Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

Quadro XXXI – Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
<input type="checkbox"/>	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
<input type="checkbox"/>	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
<input type="checkbox"/>	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
<input type="checkbox"/>	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
<input type="checkbox"/>	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
<input type="checkbox"/>	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
<input type="checkbox"/>	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
<input type="checkbox"/>	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
<input type="checkbox"/>	Auditoria de governança de TI.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de sistemas de informação.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de segurança da informação.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de contratos de TI.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de dados.
<input type="checkbox"/>	Outra(s). Qual(is)? _____
<input checked="" type="checkbox"/>	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congêneres:	
<input checked="" type="checkbox"/>	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
<input type="checkbox"/>	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
<input type="checkbox"/>	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
<input type="checkbox"/>	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
<input type="checkbox"/>	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
<input type="checkbox"/>	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.

	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
x	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: _____
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
x	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
x	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
x	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
x	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
	(4) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
	(4) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
	(4) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
	(4) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
	() no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
	() no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
x	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	
- O item 1 da presente pesquisa é definido pelo órgão central da Polícia Rodoviária Federal, que não publicou, para o exercício de 2012, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação.	
- Com referência ao item 02 algumas rotinas já são comumente estabelecidas, independentemente da edição do PDTIC, contudo a não edição do PDTIC 2012 terminou por prejudicar o acompanhamento de determinados procedimentos.	
- Com atenção aos quesitos não marcados no item 7, ressalta-se que as contratações do desenvolvimento de sistemas de TI são todas concentradas no órgão central, que seja o Departamento de Polícia Rodoviária Federal (UG 200109).	
- Quanto ao item 8, a Carta de Serviços ao Cidadão é de gerenciamento direto do órgão central, que seja o Departamento de Polícia Rodoviária Federal (UG 200109).	

8.2. Análise Crítica

Cabe ressaltar que não fora editado PDTIC para o exercício de 2012, porém já existe o PDTIC para o biênio 2013/2014, onde se contempla a quase totalidade dos itens acima referenciados.

9. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE

Quadro XXXII – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.					
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? 	Em licitação para aquisição de estações de trabalho, monitores de LCD e notebooks, foram exigidos como condições de aceitação e, inclusive, de desempate, os critérios definidos pelo Decreto nº 7.174, de 12 de Maio de 2010.				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	X				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.	X				
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? 					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).			X		
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? 	Foram adquiridas lâmpadas eletrônicas em substituição às incandescentes				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).			X		
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? 	O papel normalmente é adquirido em uma razão de 50% reciclado				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.	X				
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? 	Sim ()		Não ()		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou				X	

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
reabastecimento (refil e/ou recarga). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? 	A preferência tem sido manifestada nas especificações dos materiais, constantes nos editais. Ainda assim, mesmo para aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento, a Administração leva em consideração se tal preferência não causará impactos futuros, com é o caso de utilização de toners para impressoras recarregados, que num momento posterior acaba por causar danos aos equipamentos.				
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X		
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	X				
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? 	X				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? 	X				
Considerações Gerais:					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

9.2. Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Quadro XXXIII – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa		Ano de Adesão		Resultados		
Não houve adesão à programa de sustentabilidade						
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel (resma)	867	949	871	R\$ 8.839,82	R\$ 8.814,48	R\$ 8.230,45
Água (m3)	5.017	6.341	7.473	R\$ 34.214,24	R\$ 39.902,95	R\$ 43.244,34
Energia Elétrica	272.765,37	257.449,80	245.006,04	R\$ 288.317,40	R\$ 268.844,51	R\$ 225.050,77
			Total	R\$ 331.371,46	R\$ 317.561,94	R\$ 276.525,56

Fonte: Seção Administrativa e Financeira

10. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

10.1. Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício

10.1.1. Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Quadro XXXIV – Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
14ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal					02819
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	TC 013.382/20123-8	4556/2012 – TCU 2ª Câmara	1.7	RE	Ofício nº 0804/2012-TCU/SECEX-PB8
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
14ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal					02819
Descrição da Deliberação					
<p>...</p> <p>1.7 Dar ciência à 14ª Superintendência Regional na Paraíba do Departamento de Polícia Rodoviária Federal sobre a seguinte impropriedade: ausência de justificativa expressa para exigências especiais de habilitação, sob pena de serem consideradas restritivas à competitividade do certamente, identificada no item 4.1.1.4 do edital do Pregão Eletrônico nº 1/2012, que afronta o disposto no Art. 30, § 5º, da Lei 8.666/93, e a jurisprudência do TCU...</p> <p>...</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
14ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal					02819
Síntese da Providência Adotada					
A área competente deste Departamento de Polícia Rodoviária Federal foi devidamente comunicada acerca da determinação em comento, sendo alertada para a necessidade de pronto atendimento nos casos de novas licitações.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Melhoria dos procedimentos administrativos e maior eficiência e eficácia nos processos.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
O envolvimento da equipe de pregão, da Seção Administrativa e Financeira e da área demandante, no caso o Núcleo de Telecomunicações, viabilizou o aperfeiçoamento dos procedimentos licitatórios.					

10.1.2. Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Não há, até o momento, pendências de deliberações do TCU relativas ao exercício de 2012.

10.1.3. Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

Não houveram recomendações do OCI no exercício de 2013.

10.2. Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna

A UJ não possui organismo de Auditoria Interna.

10.3. Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

10.3.1. Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei nº 8.730/93

Quadro XXXV – Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores da UJ, da Obrigação de Entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	25	25	25
	Entregaram a DBR	25	25	25
	Não cumpriram a obrigação			

Fonte: Seção de Recursos Humanos

10.4 – Declaração de Atualização dos Danos no SIASG e SICONV

Eu, JOSÉ GOMES DA SILVA JÚNIOR, CPF nº 691.952.424-49, Chefe do Núcleo de Orçamento e Finanças, exercido na 14ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

JOSÉ GOMES DA SILVA JÚNIOR
Chefe do Núcleo de Orçamento e Finanças

11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.1. Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

A 14ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal não adotou os critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 em virtude da falta nos seus quadros de pessoal técnico especializado para o desenvolvimento dos trabalhos necessários à efetiva implementação das medidas necessárias e cabíveis à execução das rotinas solicitadas nas normas referenciadas.

11.2. Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
14ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL		200122	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativas ao exercício de 2012, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às restrições Contábeis registradas no SIAFI, dentre as quais, seguintes:</p> <p>a) 106 – FALTA/EVOLUÇÃO INCOMPATÍVEL DEP. AT. IMOBILIZADO; b) 115 – FALTA DE REAV./REDUÇÃO DE ATIVOS PERMANENTES; c) 203 – SALDOS ALONGADOS CONTAS TRANSIT. PAS. CIRCULANTE; d) 465 – FALTA COMPROVAÇÃO E PREST. CONTAS SUPR. FUNDOS; e) 999 – NAÃO ATEND. ORIENTAÇÃO ORGÃO CONTAB. SET/CENTRAL.</p> <p>⚡ O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábeil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidades Gestora foram realizados pela Setorial Contábil do Ministério da Justiça, via SIAFI;e ⚡ A análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro e Gestão no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília/DF	Data	05 de fevereiro de 2013
Contador Responsável	JOSÉ CARLOS COMES	CRC n.º	DF-9.261/O-7